

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-
MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE
MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO
DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

ATA Nº 065

PRESIDENTE – DEPUTADO WILSON SANTOS

O SR. PRESIDENTE WILSON SANTOS – Declaro aberta esta Audiência Pública, que se realiza com o objetivo de discutir o projeto de Lei nº 283/2018 - Mensagem nº. 90/2018, que estima a receita e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso para exercício financeiro de 2019, resumidamente, LOA /2019.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta essa Audiência Pública requerida na Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária do Estado de Mato Grosso.

Convido, para compor o Mesa conosco, o Exmº. Dr. Milton Matos da Silveira Neto, Promotor de Justiça, neste ato representando o Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Srª Roberta Maria Amaral Castro Pinto Penna, Secretária Adjunta de Orçamento da Secretaria Estado de Planejamento.

Composta a Mesa diretora, eu convido a todos para, em pé, contarmos o Hino Nacional Brasileiro.

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Continuo convidando para compor a Mesa, a Drª. Maria Luziane Ribeiro, Secretária Executiva, neste ato representando o Dr. Clodoaldo Queiroz, Defensor Público do Estado de Mato Grosso; Sr. Anildo Cesário Correa, Secretário Adjunto Executivo da Secretaria de Planejamento.

Agradecemos a presença da Srª. Jacira Maria da Costa Silva, Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários de Mato Grosso; a presença de todos os técnicos da Secretaria de Planejamento, em peso aqui hoje e também do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Mato Grosso, agradecemos a presença de todos.

Informo a todos que esta Audiência Pública é objeto da Lei de Responsabilidade Fiscal, surgida no país no ano 2000, que determina que haja a realização de audiências públicas, que aconteçam reuniões de prestação de contas. O que lamentamos sempre é a baixa presença do cidadão. Sempre fazemos essas audiências públicas importantíssimas com uma presença muito pequena, que nem sempre representa o todo da sociedade estadual.

Essa é uma marca que precisa ser ultrapassada e nós encontrarmos mecanismos motivadores que possam fazer com que o cidadão com a sua representação compareça. Nos países mais antigos, mais desenvolvidos, é justamente a discussão da peça orçamentária o momento em que a sociedade mais comparece, é o momento em que a sociedade mais quer saber, especialmente, do caminho que o seu dinheiro faz.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Todos nós pagamos impostos, mesmo aqueles que não pagam, um ou outro tipo de imposto, mas o IPI, o ICMS estão sempre presentes nos produtos industrializados que consumidos, desde um creme dental, passando por produtos de beleza, na nossa alimentação, na aquisição de um combustível para abastecer a sua motocicleta, seu automóvel, as frotas de caminhões, em todos os lugares que nós, desde o acordar até o deitar no final da noite, em todos os lugares durante o dia, haveremos de pagar determinados impostos.

No Brasil há mais de cinquenta impostos, estejam eles na modalidade de taxa, de tarifa, de contribuição ou mesmo denominados impostos, mas no fundo é o que o cidadão devolve ao Estado e esse dinheiro acumula um montante expressivo. Este ano Mato Grosso deverá ter um Produto Interno Bruto que superará os 120 bilhões de reais, isto é, tudo o que nós trabalharmos, tudo o que nós produzirmos, seja um vendedor de pastel, seja o dono de uma cerâmica, seja o dono de uma rede de supermercado, o fabricante de bicicleta, um servidor público, onde quer que haja trabalho neste Estado, a soma de todo esse trabalho do ano inteiro, deverá superar os 120 bilhões de reais. E desses 120 bilhões de reais que serão produzidos ao longo deste ano, aproximadamente 20 bilhões retornam para os cofres do Estado. Só para os cofres do Estado de Mato Grosso, não estou dizendo para os 141 Prefeituras que também recolhem.

Então, só o Governo Estadual, só o ente estadual recolherá mais ou menos 20 bilhões de reais. E é justamente sobre esse montante, que varia de 19 a 20 bilhões, que nós, ao longo desta manhã, até às 12h, pelo menos até às 12h, ouviremos a sociedade.

Esta ferramenta é Audiência Pública, é para ouvir. E colocaram aqui justamente um Deputado que é o mais orelhudo de todos aqui na Assembleia Legislativa, tem a maior orelha e é de abano, que é para ouvir os reclamos do cidadão que pede mais leitos de UTI nos hospitais, que pede estradas com menos buraco, que pede segurança com qualidade, que pede educação pública para que o seu filho possa chegar ao ENEM competitivo, em condições de igualdade, que peça o não interrompimento dos serviços públicos em todas as áreas. É para isso que nós estamos aqui nesta manhã, é justamente para isso. Quantos bilhões vão para a educação? Quantos milhões vão para cultura? E se extinguir essa Secretaria, para onde irão os recursos dessa dotação? E se extinguir essa empresa pública, os serviços que ela presta serão extintos também junto com o nome? Desaparecerão os serviços de assistência técnica? Os serviços de TI no Estado, os serviços de mineralogia do Estado Desaparecerão com a provável extinção desses mecanismos estatais? É para isso que estamos aqui, hoje.

Então, esta sala não era para existir, nós éramos para estar em um auditório muito maior, com uma rede, com uma cadeia de rádio e de televisões, com os *sites* todos aqui presentes durante a manhã inteira, repercutindo para a sociedade, abrindo canal de comunicação. Mas o que vemos? Não há interesse sequer da imprensa. São passagens rápidas, registram e vão embora! A imprensa é o grande canal! A imprensa é o grande canal do cidadão.

Que o cidadão possa efetivamente, já que não é possível ele visitar aqui cada Deputado, sair do seu trabalho, do seu serviço, deixar sua empresa para vir aqui interpelar, cobrar os seus direitos, então, eu também lamento aqui a ausência da imprensa, não só para passar aqui como beija-flor relâmpago, mas tem que vir do início ao final, abrir um canal, abrir um canal aqui permanente, porque não houve neste ano inteiro nenhuma matéria mais importante do que esta.

Nenhuma das sete mensagens que o Governador do Estado encaminhou a esta Casa é mais importante do que a que vamos discutir nesta manhã, e como vocês não podem discutir no Plenário, não tem acesso ao Plenário, não votam no Plenário, são 24 que representam a sociedade

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

nesse quadriênio, o momento que o cidadão tem para exercer a democracia participativa é este. Que as associações, que os sindicatos, que as federações, que as confederações, que as organizações não governamentais tem, é este, de vir aqui e usar oralmente este espaço, de vir aqui trazer o seu ofício, o seu documento, o seu *Cd-Rom*, o seu *Pen drive*.

Mas, depois de 4 anos aqui Dr. Milton, Promotor de Justiça que neste ato representa o Ministério Público, eu encerro esta Legislatura registrando como começou, desinteresse quase que total, a sociedade está alheia a esta discussão. É lamentável que nós façamos uma discussão dessas com meia dúzia de pessoas interessadas, estamos discutindo o que há de mais importante para este ano em Mato Grosso e o auditório quase que completamente vazio.

Então, após feita essa explanação, eu quero registrar que já encontra-se conosco, aqui na mesa, o Secretário de Estado de Planejamento Dr. Basílio Bezerra Guimarães dos Santos, muito obrigado pela presença e pela composição da mesa.

Registro e agradeço a presença do ex-Deputado Estadual, ex-Relator da Constituição de Mato Grosso, ex-Secretário de Estado de Saúde, Luiz Soares. Registro a presença da Shalimar Bencice e Silva, Dr^a. Shalimar Bencice e Silva é Defensora Pública. Registro a presença do Defensor Público, Dr. Valdenir Pereira; a presença da Dr^a. Rosana Monteiro também Defensora Pública; a presença da Dr^a. Giovanna Marielly da Silva Santos também Defensora Pública lotada no município de Rosário Oeste; e a presença do Dr. Oscemário Daltro, Conselheiro do Conselho Estadual de Economia-CORECON e Ex-presidente daquela casa; é importante presença de todos. Agradecemos.

Dando sequência, convido o ilustre palestrante, Dr. Basílio Bezerra Guimarães dos Santos, Secretário de Estado de Planejamento, ainda não de Orçamento e Gestão, porque a Assembleia Legislativa não aprovou ainda essa alteração, mas em breve o será.

O Dr. Basílio disporá de 20 minutos para suas explanações, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa; já esteve aqui na semana passada na realização da outra Audiência Pública, desta feita na Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Com a palavra, o Dr. Basílio.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Bom dia a todos!

É com grande prazer que voltamos nesta Casa de Leis, dando continuidade ao processo de publicidade que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige, como o nobre Deputado comentou, eu peço desculpas, Deputado, por ter me atrasado alguns minutos, teve um pequeno contratempo no caminho, mas como o Deputado comentou, a audiência pública é o momento que o cidadão, ou a sociedade organizada podem questionar e participar desse ato que é um ato democrático. É extremamente importante que todos nós enquanto cidadãos e população, exerçamos esse importante papel de fiscalizador das organizações públicas.

Quero cumprimentar a mesa, todos os Deputados desta Casa em nome do nosso querido Ex-professor, Deputado Wilson Santos; o Dr. Milton Matos, neste ato, representando o Ministério Público Estadual; a colega de trabalho, Secretária Adjunta de Orçamento da Secretaria de Planejamento, Gestora Governamental, Roberta Castro, a nobre defensora pública, neste ato representando todos os defensores públicos do Estado de Mato Grosso, inclusive profissionais de extrema valia do contexto social da população, é um profissional que precisamos valorizar muito, já conversei com a senhora naquele dia, temos as portas abertas para poder recebê-la e poder ajudar no que for preciso para tentar melhorar esse processo.

O colega...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Secretário só para registrar a chegada e convidar para a mesa, o Deputado Silvano Amaral que é membro titular desta Comissão.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – O Secretário Adjunto de Planejamento, colega de trabalho nosso da SEPLAN, o professor Anildo Correa, colega de profissão, também em outras áreas.

Só fazendo um adendo, Deputado Wilson Santos, estamos passando por um processo de reforma administrativa discutida por todos, está muito bem divulgado na mídia, inclusive os processos estão nesta Casa de Leis para ser aprovado, onde vai fundir as áreas de planejamento e gestão do Estado em uma só Secretaria, vamos sair da SEPLAN, Secretaria de Planejamento e Secretaria de Gestão e vamos transformá-la na Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado, dentro dos preceitos de economia e otimização dos recursos público, gasto público, o Governo do Estado entendeu que seria a melhor forma neste momento.

Hoje, por força dessa possível alteração, eu enquanto Secretário de Planejamento também respondo pela Secretaria de Gestão, são Secretarias extremamente importantes, cujo o peso de atuação na vida da população dos servidores públicos é muito grande, então, nós estamos respondendo pela duas pastas, inclusive já está em *Diário oficial*.

Nós fizemos algumas adequações em relação a apresentação anterior, inclusive atendendo a pedido dos participantes, de alguns servidores do fórum sindical que pediram algumas informações adicionais. Alteramos a apresentação, justamente para pode atender esse pedido, que diga-se de passagem é obrigação nossa em fazê-lo.

Eu gostaria de um microfone sem fio, porque quero ficar olhando para tela, eu prefiro dessa forma. Enquanto não chega o microfone, vou fazer com que nós temos.

Pode passar o *slide*.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Secretário Basílio, enquanto providencia o microfone para o senhor...

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Vou acrescentar esse tempo do senhor também, fique tranquilo.

Para avisar a todos que já há um calendário de votações. Então, quem tiver interesse em acompanhar a apreciação dessa matéria nas Comissões e também no plenário já há um calendário.

Vou passar rapidinho aqui para que vocês possam anotar.

A Mensagem da LOA é a Mensagem nº 02. Essa Mensagem, LOA, cumpre hoje sua última Audiência Pública. Não haverá mais Audiência Pública sobre a LOA. Aconteceu na semana passada a da CCJR e hoje aqui. Então, cumpriram-se as exigências legais. Esta é a última Audiência Pública que o Parlamento faz para discutir a futura Lei Orçamentária 2019.

A partir de agora ela vai para a Comissão, vai ser votada nesta Comissão aqui, cujos membros estão aqui e chegando, Deputado Saturnino Masson, Deputado Silvano Amaral, Deputado Zeca Viana, Deputado Dilmar Dal Bosco, Deputados que compõem os cinco membros titulares desta Comissão. Então, primeiro realizam-se as duas Audiências Públicas e missão cumprida hoje em relação às Audiências Públicas.

A partir de amanhã, quarta-feira, já poderei colocar em votação na Comissão, nesta Comissão que presido, que é composta pelos Deputados que se encontram aqui, além dos Deputados Zeca Viana e Pedro Satélite. Votada na Comissão, vai a plenário. Então, ela pode ser votada amanhã

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

à tarde na Comissão e à noite já estar em plenário. E assim, na semana que vem na outra Comissão, são duas Comissões, duas votações em Plenário.

Agora, eu vou passar especificamente aqui das reformas, as propostas que o Governador Mauro Mendes Ferreira encaminhou para cá.

As Mensagens nºs 03, 05 e 07 já serão votadas na Comissão Especial. Então, haverá a formação de uma Comissão Especial. A previsão é votar no dia 16, amanhã.

Então, amanhã as Mensagens nºs 03, 05 e 07 já começam a ser apreciadas nas Comissões e essas mesmas Mensagens serão votadas à tarde na Comissão e à noite em 1ª votação. Depois essas Mensagens continuarão sendo apreciadas e voltam ao Plenário.

Nesta nossa Comissão ela será discutida no dia 23, depois vai à Plenária para a 2ª votação no dia 23 também.

Então, as Mensagens 03, 05 e 07 serão votadas dia 16 e 17.

Peço a minha assessoria que me informe rapidinho quais são essas três Mensagens: 03, 05 e 07.

Essa é uma informação importante para aqueles que estão acompanhando essas matérias aqui: 16 e 23.

A Mensagem 03 é a que trata do MTPREV. Não é nada polêmica, é só autorizar o MTPREV a continuar fazendo o que ele já vem fazendo, tendo em vista que houve a criação de um órgão central que envolve todos os Poderes e instituições. Então, não é uma matéria polêmica.

A Mensagem nº 05 é Lei de Responsabilidade Estadual, a LRE - Lei de Responsabilidade Estadual.

E a Mensagem nº 07 é a Reforma Administrativa, que propõe a extinção de nove Secretarias de Estado e seis empresas públicas.

Então, essas três matérias serão apreciadas em Comissões e em plenário nos dias 16 e 23.

As outras duas Mensagens, que são as nºs 04, 06, ficarão para os dias 22, discussão na Comissão de Fiscalização no dia 22, depois votação em Plenário no mesmo dia 22; depois discussão Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final no dia 23 e votação em Plenário, em 2ª, no dia 23 e votação no dia 29 em Redação Final.

Então, estão informados sobre o calendário já feito pela Presidência desta Assembleia para apreciação.

A Assembleia pretende, ninguém sabe se conseguirá, mas fez um calendário já para até o dia 29 encerrar a apreciação da LOA e das outras Mensagens encaminhadas pelo Governador.

Com a palavra, o Secretário de Estado, Dr. Basílio Bezerra Guimarães dos Santos.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS - Quero fazer só um agradecimento especial, Deputado Wilson Santos, porque nesse processo de votação das peças orçamentárias, que são essenciais para o início da execução orçamentária nos órgãos, inclusive nos Poderes, foi encaminhado um projeto de lei que intitulamos de mini LDO, que garante a abertura provisoriamente de $\frac{1}{12}$ do orçamento do Estado para que não haja prejuízo da execução orçamentária dentro dos órgãos e dos Poderes e a Assembleia Legislativa atuou muito rapidamente nesse sentido. Essa lei já foi aprovada, até porque sem ela não conseguiríamos fazer esse trabalho de execução, liberar a execução orçamentária de fato dos Poderes, inclusive da própria Assembleia Legislativa e dos órgãos do Poder Executivo Estadual.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Então, nossa equipe trabalhou muito fortemente nisso, os orçamentos já estão liberados dentro de cada unidade orçamentária, garantindo, assim, a continuidade dos gastos e a continuidade do atendimento das demandas que a sociedade tanto precisa.

Como já foi falado na audiência pública anterior, a audiência pública está prevista na legislação federal, mais pontualmente na LRF, no art. 48 e, como dissemos no começo da apresentação, é uma peça importantíssima de cidadania, de democracia e de transparência.

É fundamental que toda população participe e entenda, porque serão destinadas, serão colocadas em execução todas as ações públicas que atendam diretamente a sociedade, a população.

Então, é importante que saibamos o que o governo fará com os nossos recursos, com o dinheiro público, com o dinheiro que é fruto inclusive do trabalho dos senhores, do nosso trabalho.

Repetindo o que falamos na última apresentação, essa peça orçamentária, diferentemente das demais que já foram encaminhadas anteriormente, até por uma questão que eu entendo, que o governo do Estado entende, de transparência, foi informada determinando todo o valor da despesa mesmo... (TROCA DE MICROFONE) ...ela está sendo apresentada com a informação do valor total da despesa necessária para atender as demandas dos órgãos.

Quando falamos atender as demandas dos órgãos, não falamos atender todas as demandas da sociedade, porque nós sabemos e não é segredo para ninguém que as demandas da sociedade são gigantescas, são áreas infinitas, podemos dizer assim, mas dentro da perspectiva de um atendimento prioritário foi colocado o valor real da despesa.

Quando se fez isso, até porque nós não temos controle total da arrecadação, gerou um déficit de 1 bilhão e 600 milhões, quase 1 bilhão e 700 milhões.

Ou seja, nós temos 1 bilhão e 700 milhões a mais de despesas para serem executadas do que nós temos de previsão de receita para ser arrecadada. Diante disso, inclusive cumprindo a própria legislação que trata do assunto, quando falamos da própria Constituição e da LDO, a Administração tem que ter responsabilidade fiscal, ela tem que manter as contas equilibradas.

No artigo 1º da LRF fala muito bem claramente isso, Deputado, que as contas públicas têm que ser equilibradas. Diante disso, como forma de gestão, a Administração vai começar o exercício contingenciando, deixando indisponível para que não crie passivos que não possam ser cumpridos, o valor exato do déficit orçamentário, ou seja, esse 1 bilhão e 688 milhões, como será formatado isso?

Como foi falado anteriormente, têm sido anunciadas, inclusive, o próprio Deputado Wilson Santos falou agora, várias medidas de reforma e de ajuste fiscal que estão sendo encaminhadas para esta Casa para serem votadas. Medidas essas que com certeza vão dirimir e muito esse déficit.

É simples a conta. À medida que os valores previstos nessa reforma forem sendo aportados, aumento de arrecadação, diminuição de gastos que não são essenciais dentro dessa perspectiva de reforma que o Governo está fazendo, nós vamos liberando esse valor contingenciado. Então, tem 1 bilhão e 600, a ideia é que se consiga fazê-lo mais próximo do total possível, mas precisamos ter segurança nisso. Essa segurança nós vamos ter com essas ações de reforma.

Por isso eu reforço aqui, Deputado, é papel fundamental desta Casa de Leis que vote o mais rápido possível essas reformas estruturantes que estão sendo propostas pelo Executivo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Sem elas nós vamos continuar olhando para aquele 1 bilhão e 600 lá. E esse 1 bilhão e 600 milhões está previsto em várias ações públicas, em várias ações necessárias para a manutenção do serviço público, certo?

Importante fazer esse adendo, porque parece que é só um número, é um número e é uma decisão meramente política do Governo Estadual, mas não é. É um fato real e que para ser mudado, precisa de ações conjuntas. Já foi feito isso com os Poderes quando eles ajudaram a diminuir o valor dos duodécimos e agora está na mão da Assembleia Legislativa fazer esse trabalho que eu tenho certeza, inclusive o próprio Deputado Wilson Santos já disse publicamente que ele concorda, mesmo não sendo da base do Governo, concorda plenamente com isso, porque são medidas necessárias. Existe uma sangria, o Estado está sangrando e se não tiver um remédio fortíssimo para curar esse sangramento, nós vamos sangrar até morrer.

Então, as medidas que estão sendo faladas e que eu comentei pontualmente são essas: a reforma administrativa, inclusive o processo já está na Assembleia Legislativa falando sobre a extinção; a extinção de nove Secretarias, de nove Órgãos de Administração Direta e do pedido de autorização para a extinção de estatais. Pedido de autorização, senhores, não quer dizer de fato a extinção, as leis que regem as empresas estatais, Lei nº 6.404/76, Leis das SAs – Sociedade Anônimas no Brasil e outras Leis e Estatutos requerem que seja feito esse procedimento, não necessariamente vai acontecer a extinção, está certo?

O Governador precisa, porque o órgão que define se pode ou não criar ou extinguir estatais é a Assembleia Legislativa, é o Poder Legislativo, e ele fez isso, mas ele deixou claro que vai reavaliar durante um período a viabilidade dessas estatais, certo? Então, o que foi mandado nesse momento é um pedido, um pedido autorizativo para que ele possa, se necessário, fazer esse processo de extinção.

Implantação, redução dos cargos comissionados que todos têm acompanhado pela mídia está acontecendo já, essa redução está sendo de uma forma inteligente, nós conversamos muito com o Governador sobre isso de tal modo que não prejudique a continuidade dos serviços públicos prestados por essas pessoas, que por mais que sejam somente comissionados, trabalham, têm efetivo papel na execução de trabalhos da administração. Então, tem que ser dessa forma.

Até o momento já foram exoneradas 515 pessoas, atualização de ontem essa informação. Essa é uma medida importante que, por mais que doa no coração do gestor fazer, tem que acontecer. É o momento em que temos que fazer, porque é o momento de guerra contra a crise, temos que usar todas as armas legais e republicanas para poder combatê-la.

PDV: PDV é uma das medidas de reformas estruturantes, Deputado Wilson Santos, que eu entendo que é a mais democrática e a mais viável para todas as partes, tanto para o trabalhador ou para o servidor público, quanto para a Administração. Por quê? Porque é voluntária, Plano de Demissão Voluntária, ninguém é obrigado a fazer o PDV. E nós construímos um PDV, falo isso com muita propriedade, porque fui eu que gerei esse processo.

O nosso PDV, Deputado, é o melhor PDV que tem existido no âmbito nacional, fizemos uma pesquisa muito grande sobre isso. Nós indenizamos por ano trabalhado e essa é a grande motivação para o servidor entre outras, 1,5 salário dele atual por ano trabalhado, para que ele possa pedir demissão, se ele entender que é o caso.

Temos trabalhadores em várias empresas estatais, senhores, que têm 72, 73, 74 anos, que estão lá inclusive colocando em risco a própria saúde quando vão trabalhar. Isso é obrigação da Administração, criar mecanismos que essa pessoa possa sair, voltar para a sua casa e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

descansar de uma forma tranquila. O PDV tem esse condão de justamente de propiciar uma saída digna para o seu trabalhador.

Nós começamos o PDV com a Empresa Mato-Grossense de Tecnologia da Informação-MTI e até ontem já tínhamos 101 adesões! Cada adesão, Deputados e senhores, representa uma economia para o Estado na ordem de 35% do valor da folha. Então, essas 101 pessoas que estão saindo, além de receber as indenizações, vão descansar e isso gerará uma economia para o Estado de, aproximadamente, 8 milhões de reais, somente 100 pessoas, esses cálculos são reais, nós temos números reais.

Então, é uma grande ação de reforma administrativa estruturante, inclusive está prevista na PEC dos gastos, na Emenda Constitucional número 81, que estamos executando.

As próximas empresas serão EMPAER e a METAMAT que tem insumo para fazer o PDV- Plano de Demissão Voluntária, ou seja, tem pessoal contratado para isso. Estuda-se também um PDV para administração direta, estamos estudando isso também.

Em relação a diminuição de gastos, todos os poderes deram uma contribuição muito importante para esse processo, os poderes que efetivamente não reduziram o seu duodécimo que é custeado pela Fonte 100, pelo governo, pelo tesouro, fizeram de outra forma, congelaram seus repasses, os seus duodécimos, desistindo de possíveis aumentos e aumentos inclusive acima da inflação e deixaram de mão o aumento da correção inflacionária, ou seja, nem a correção inflacionária não houve.

Pontualmente, a Assembleia Legislativa em articulação e conversa com o Governador ofereceu uma redução de 35 milhões e o Tribunal de Contas do Estado de 17 milhões, que vai ajudar bastante.

Cinquenta e dois milhões senhores, é a arrecadação mensal do FETHAB. É um mês de arrecadação do FETHAB, esse orçamento ele paga despesa de algumas secretarias anuais de algumas secretarias, ou seja, é um valor extremamente importante nesse processo de reequilíbrio das contas públicas.

Outro fato mais relevante é o próprio FETHAB. A redução do FETHAB que não vai ser mais FETHAB 2, vai ser um FETHAB diferenciado que está atingindo diversos setores da economia, sobretudo do agronegócio que não atingia antes.

Então, vai entrar muito fortemente nisso e com isso vamos ter um aumento de arrecadação, esperando que a Assembleia Legislativa vote o mais rápido possível, na ordem de 600 milhões ano, ou 50 milhões mensais.

Reforço, cada mês sem o FETHAB é menos 50 milhões no caixa do Estado, menos 50 milhões é muito dinheiro em qualquer instância, sobretudo no momento que o Estado passa por dificuldades financeiras tão grandes.

Nós fizemos um resumo, até a pedido dos participantes da última Audiência Pública. Abrimos um pouco os valores que estão previstos de acordo com as áreas de atuação do Governo, de acordo com os tipos de orçamento.

Na área de Seguridade Social que envolve a previdência, a saúde e a assistência social, propriamente dita, ficaram esses valores. Para a assistência social, 107 milhões ano. Eu falei de 50 milhões, os 50 milhões que estamos deixando de arrecadar no mês de janeiro pagaria a metade do orçamento das SETAS.

O tanto que é importante, que isso seja feito de forma bem célere, que a Assembleia Legislativa, com certeza, está fazendo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Os principais produtos da Assistência Social é o Pró-família que hoje atende em torno de 35 famílias em condições de vulnerabilidade.

Na saúde 2,14 bilhões de reais. Nós percebemos que é um valor muito expressivo, estamos falando em torno de 10% do orçamento geral do Estado para a Secretaria de Saúde. E mesmo assim vemos uma saúde problemática, não é segredo para ninguém, uma saúde que infelizmente não está funcionando minimamente da forma que a sociedade precisa. Então, nós acreditamos e temos certeza que a nova gestão da Secretaria de Saúde, com o apoio de todo o aparato do governo, fará um trabalho de reverter isso.

Na previdência 4,53 bilhões. Tudo que o Estado de Mato Grosso paga de previdência para os seus aposentados e pensionistas dá 4,53 bilhões, que inclusive, aí dentro estão todos os Poderes. Só do Poder Executivo essa conta representa 4 bi e 200, quase 93%. Desses 4.2 bi, o Estado está previsto a portar para 2019, para cobertura do *déficit* financeiro da previdência.

O que é o *déficit* Financeiro da Previdência, senhores? Arrecadação que é feita pela previdência das contribuições que nós servidores pagamos, na ordem de 11%, mais o que o Governo aporta do patronal, não é suficiente para pagar todas as despesas com aposentados e pensionistas.

Não é suficiente em quanto? 1,4 bi aproximadamente, previstos para 2019. O que vai acontecer? Não podemos deixar os aposentados e pensionistas sem dinheiro, o Governo tem que meter a mão no caixa, da Fonte 100 e fazer esse pagamento. Isso aí é um problema endêmico, tem que ser discutido a fundo sob pena de ficar insolvente esse processo. Já está sendo feito isso, inclusive têm algumas normativas nesse sentido também para serem discutida com a Assembleia.

Nós temos que estancar esse problema, porque nós servidores públicos, sobretudo os servidores públicos. Nós estamos falando da previdência própria, tá pessoal, das previdências dos servidores públicos.

Nós servidores públicos, se não tivermos ações efetivas nesse sentido, mudanças radicais, podemos sim, ter problemas nas nossas aposentadorias. Enfim, é um problema que está sendo tratado, aliás...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Secretário, o senhor já exauriu o seu tempo, vou o conceder mais 5 minutos.

Hoje vamos privilegiar bem o debate, oportunizar as pessoas que vieram.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – ok. Eu vou correr.

Aliás, quando falamos que têm que ser discutida as questões de despesa, receita, de problema do Estado, essa é uma máxima da atuação gestão. Não vamos colocar informações e questões para baixo do tapete, não vamos Deputado.

O Governador Mauro Mendes já, junto com a equipe econômica, junto com os demais secretários, nós vamos expor os números porque os números têm que ser debatidos e tem que ser discutidos, para conseguirmos encontrar uma solução em comum, isso tem sido feito desde o dia 02 de janeiro, pela atual gestão e a previdência é um desses casos.

Separamos ali, o que está separado é aquele valor que já falei agora, o que participa cada Poder em relação à Previdência: Legislativo, 74 milhões de reais. Desse valor, uma parte está sendo custeado pelo próprio, em torno de 50 milhões de reais está sendo custeado pelo Legislativo, embora o processo seja feito pelo Executivo.

No Poder Judiciário 195 milhões de reais; no Poder Executivo esse valor...
(SECRETÁRIO MOSTRA NO DATA SHOW.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – No Ministério Público 53 milhões de reais.

Não está o TCE?

(SECRETÁRIO SE DIRIGE À EQUIPE TÉCNICA.)

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – O TCE está dentro da rubrica EGE/SEGES, que é o valor que o Executivo executa por força de regra até então, e estamos pensando em mudar isso até por questão de legislação, e é executada dentro do Executivo.

Na Educação R\$3,5 bilhões, desse valor, R\$3 bilhões de reais são destinados à educação básica. Aqui dentro estarão os valores destinados ao ensino superior também, que é o caso da FAPEMAT - não é isso? -, e da UNEMAT, que está aqui dentro desse valor.

Na Segurança Pública R\$2,56 bilhões de reais; no Transporte, R\$791 milhões de reais; na Agricultura R\$387 milhões de reais e desses R\$175 milhões de reais é para atender a agricultura familiar, que é uma ação extremamente relevante do ponto de vista social.

Nessa visão de melhoria, de modernização da administração, quer se fazer dessa ação que seria social, uma ação econômica. A agricultura familiar pode, e muito, contribuir para o crescimento econômico do Estado. Só precisa ter condições para isso.

Foram questionados na primeira audiência pública alguns valores sobre a composição da despesa com pessoal do Estado.

Eu acho que foi o Sr. Edmundo que fez o questionamento. Ele não está hoje aqui, não é? Mas, tudo bem! Depois ele lê a matéria e entenderá.

O que aconteceu? De pessoal e encargos houve um incremento de despesa, um aumento de despesa em 2018, e está previsto em 2019, da ordem de 13,32%. Dentro desses 13,32% estão contidos RGA de 2018, que não foi pago e está em discussão ainda, está previsto aí dentro e, como eu falei na última Audiência Pública, é uma Lei e enquanto a Lei vigorar somos obrigados a incluir na peça orçamentária, até porque existem princípios orçamentários que devem ser atentados nesse caso; crescimento vegetativo da folha...

O que é crescimento vegetativo da folha? São as alterações salariais normais, como progressões; progressões de classe, quando o servidor apresenta títulos de graduação; progressão de nível, quando a cada três anos e ele se mantém probo, tem uma série de avaliações que são feitos nesse sentido, ele pode progredir realmente o salário - isso é crescimento vegetativo -, e algumas nomeações que são feitas ao longo do tempo, ação judicial, até porque estamos proibidos de fazer concurso por conta da LRF.

É basicamente isso...

Há as leis aprovadas anteriormente que tem vigência durante vários anos.

Temos diversas leis que foram aprovadas em 2014, isso já foi tema de discussão com o próprio Secretário de fazenda em outros momentos, que ainda estão tendo repercussão e vão continuar tendo repercussão durante alguns anos.

Da educação, por exemplo, vai até 2023, se eu não me engano.

São leis que de fato criaram obrigações para a administração que será cumprida ao longo do tempo.

Essa é a abertura.

Dos outros Poderes... Abrimos só do Poder Executivo e o total do Poder.

No Poder Executivo o aumento real foi em torno de 4,6% em relação a 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Essa aqui é a apresentação das peças que estamos falando agora, desse Projeto de Lei Orçamentária, que já está disponível no *site* da SEPLAN, todo cidadão pode entrar, pode verificar, tirar suas dúvidas.

Inclusive, não necessariamente, Deputado, as dúvidas poderão ser dirimidas neste momento. O cidadão pode nos mandar documentos que nós da SEPLAN teremos o maior prazer e a obrigação de fazer essa resposta no menor tempo possível.

Qualquer cidadão pode fazer isso, solicitar explicações adicionais que faremos isso com maior prazer.

Era isso.

Muito obrigado!

Estou à disposição para responder as questões e aquelas que eu não conseguir responder, junto com minha equipe, vamos fazer uma resposta em um segundo momento.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Secretário.

Já vou começar perguntando.

Secretário, nesses recursos para educação, R\$3 bilhões 492 milhões, o senhor está incluindo aqui a UNEMAT. Pergunto: está incluindo aquela Emenda do aumento anual de 0,5%? Está também?

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Está sim, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Está! Está *Ok*.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Já está lá.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Outra pergunta: se o senhor pudesse voltar essa prancha, a penúltima, despesas com pessoal...

Lá em cima o senhor coloca. Houve uma variação de 13,28% de 2018 para 2019?

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Isso. Total. Total de todos os Poderes.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – De 13,28%.

Depois o senhor traz aqui para o Executivo para 4%, em torno disso.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Para 14,06%.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O aumento de 2018 para 2019 vai ser de 14,06%?

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Só do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Só o Executivo.

Geral 13%?

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Treze.

Na verdade, o Executivo variou um pouco mais, teve uma influência um pouco maior do que o restante dos Poderes.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Isso representa o que em termos de reais? Noventa milhões?

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Do Executivo R\$1 bilhão e 600 milhões.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Vai gastar R\$1 bilhão e 600 milhões a mais.

Eu quero convidar o Deputado Silvano Amaral para assumir aqui a Presidência.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Vou fazer uma entrevista rapidamente ali Deputado Silvano, por favor, e já abrimos a palavra para os Deputados.

Está conosco aqui o Deputado Saturnino Masson. O consulto se quer já usar da palavra, Deputado Saturnino.

Dos demais membros da mesa, quem gostaria de usar a palavra? Vamos começar pela mesa? Dr^a Roberta?

Dr^a Roberta, que é aniversariante hoje, completa hoje - vamos dar uma salva de palmas - 28 anos de idade. (PALMAS)

(O SR. DEPUTADO SILVANO AMARAL ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09H30MIN.)

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Convido o Deputado eleito João Batista, que acabou de chegar, para fazer parte da mesa conosco.

Por favor, Deputado. (PALMAS).

Com a palavra, Sr^a Roberta Maria, Secretária Adjunta de Orçamento.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Bom dia a todos!

Deputado Silvano Amaral, em nome de Vossa Excelência cumprimento todos os outros Deputados aqui da mesa.

Meus colegas servidores do Ministério Público, da Defensoria Pública, em nome dos quais cumprimento todos os meus colegas servidores aqui presentes e dos sindicatos.

Meu novo chefe, Secretário Basílio Bezerra, que em pouco tempo que está, uma semana - não é Secretário? -, já assumiu os números como se fossem seus, já está apresentando e defendendo.

Secretário Executivo Anildo Cesário, também o cumprimento.

O Deputado Wilson Santos falou sobre a importância das Audiências Públicas aqui, a questão do controle social, da participação social.

Eu só queria falar um pouquinho da SO - Secretaria Adjunta de Orçamento da SEPLAN nesse papel também. Em todas as Audiências Públicas, no período em que estivemos à frente, viemos aqui, apresentamos, debatemos, apresentamos todos os números e discutimos. Depois trouxemos todos os questionamentos que foram feitos, ouvimos todos os sindicatos, mas se resumiu a isso, o nosso papel de deixar a participação social, deixar que as pessoas participassem do dia a dia da SO é muito maior do que isso, é muito maior do que no dia da Audiência Pública.

A SO ficou aberta para toda sociedade, todos os sindicatos, todos os Deputados, assessores dos Deputados encontravam caminho aberto lá dentro. Então, você podia ver, se estivesse lá até este ano ainda, assessores transitando, sindicatos... Os que estiverem aqui podem até concordar com o que eu estou falando, o Oscarlino, Edmundo e o Wagner, eles sempre tiveram as portas abertas lá. Por quê? Porque os nossos números são totalmente transparentes, todos os nossos números estão no *site*.

Os nossos instrumentos de planejamento, assim que são elaborados, já se encontram no *site* da SEPLAN. A realização da receita que fazemos, acompanhamento, são números exatos que vimos acompanhando todo mês e vamos disponibilizando. Toda execução orçamentária está dentro do FIPLAN, qualquer pessoa tem acesso ao FIPLAN. Os servidores têm acesso mais restrito, mas o cidadão tem acesso ao FIPLAN.

Quero deixar claro que a SO e todos os números dela são transparentes. Além disso, para a elaboração dos instrumentos, principalmente, da LOA, dos números que trazemos aqui,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

antes disso tem todo um debate, toda uma discussão com as Secretarias. E as Secretarias representam... As Secretarias finalísticas estão em contato direto com a população. Então, acreditamos que estamos trazendo a sociedade para dentro, poderíamos até ter mais, ter outras discussões, ter essas Audiências Públicas fora da Assembleia Legislativa, que seria o mais correto, mas não conseguimos tempo hábil e recurso para isso.

Mas quando trazemos as Secretarias... Não é, Luceni? A Secretaria de Saúde tem conselhos atuantes. Então, esperamos que as Secretarias tragam as demandas da população para a elaboração do orçamento, já temos a lista dos contratos, as necessidades básicas de cada Secretaria, mas mesmo assim nós discutimos com cada Secretaria, cada número que é colocado no orçamento.

Infelizmente, por causa desse desequilíbrio, dessa questão fiscal, nós não conseguimos atender todas as demandas, apesar de conhecermos todas elas. Mas, tentamos atender os prioritários, os projetos prioritários que eram prioridades de governo em consonância com o planejamento, todo o planejamento estratégico do Estado.

Durante a execução também, infelizmente, não conseguimos ter uma execução boa, um monitoramento bom por causa desse desequilíbrio, mas tivemos todo esse trabalho de capacitação da equipe, elaboração de novos manuais, mudança do FIPLAN.

Então, eu só queria passar a mensagem de que todo o trabalho que foi feito, foi para trazer à sociedade, à comunidade, a quem recebe o serviço para dentro da SO, e SO continua aberta para quem precisar saber de número, de informações, querer discutir, alguma ação ou outra.

Então, os números que estão aqui e estão sendo apresentados são só um resumo, mas eles todos estão abertos, todos estão no site, são números abertos a toda sociedade.

E deixar claro aqui que acreditamos muito nesse papel da sociedade na melhoria das ações, dos políticos que são entregues. O controle social é o mais importante para nós aprimorar cada vez mais o nosso trabalho.

Obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Obrigado, Dr. Roberta Pena, Secretaria Adjunta de Planejamento da SEPLAN.

Passo já em seguida para a Dr^a Maria Luziane Ribeiro, que representa o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, correção, a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

Em seguida vamos passar para participação da plateia.

A SR^a MARIA LUZIANE RIBEIRO - Bom a todos!

Cumprimento a mesa em nome do Deputado Saturnino Masson, resalto que já falei isso na minha outra fala, na outra audiência pública, que nós sempre tivemos uma grande abertura e nós tivemos um diálogo muito importante aqui na Assembleia Legislativa. A Defensoria Pública sempre teve as portas abertas com Deputados, aqui é uma casa extremamente importante, que reconhece a nossa importância, reconhece a importância da instituição.

Gostaria de cumprimentar o Secretário Basílio, agradecer a menção da nossa instituição em sua fala e ressaltando, Secretário, que estamos levantando dados para posteriormente marcar uma reunião, uma conversa.

A Defensoria Pública, como nós já expomos, quer ser um instrumento de menos gastos para o Estado também e efetivamente nós somos. Deixar de investir na Defensoria Pública como já foi ressaltado é deixar de investir no cidadão, mas naquele cidadão mais vulnerável, mais carente, aquela pessoa que realmente precisa da assistência do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Gostaria ainda de cumprimentar meus colegas aqui presentes, na figura do Dr. João Paulo, meu colega de núcleo e Presidente da Associação dos Defensores Públicos, que sempre está junto conosco, árduo nessa batalha e firme nessa batalha.

Agradeço este momento em que estamos participando e conversando com vocês.

Como já falei anteriormente, a Defensoria Pública se mostra como um instrumento constitucional de efetivo atendimento à população, daquelas pessoas que mais precisam da presença do Estado.

(O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 9H37MIN)

A SR^a LUZIANE RIBEIRO – Então, deixar de investir na Defensoria é deixar de investir nessa pessoa, nessa mãe que precisa de uma assistência para o seu filho; no encarcerado que precisa de assistência, precisa de uma defesa; daquela criança que precisa do amparo estatal. Então, nós, na situação que está sendo apresentada hoje no orçamento, nós teremos, infelizmente, uma grande possibilidade de redução desses atendimentos.

Então, quanto menos assistência, quanto menos direcionamento de recursos à Defensoria, menos pessoas assistidas. Nós estamos vendo no novo Governo um canal de diálogo, um canal de abertura para que possamos apresentar os nossos dados, as nossas informações. Nós não queremos que esse cenário efetivamente ocorra no ano de 2019, porque infelizmente, já veio ocorrendo nos últimos anos, justamente pela falta de investimento no órgão.

O que nós vemos hoje são defensores públicos com um número absurdo de atendimentos e de processos e nós acabamos não conseguindo fazer um atendimento, da forma que nós queremos, para essas pessoas que efetivamente precisam.

Estamos vendo esse canal de diálogo, Secretário, e isso é o mais importante, tendo esse reconhecimento da importância da instituição por parte do Estado, faz toda a diferença.

É muito difícil para nós dizermos sobre o orçamento hoje colocado, até porque se verificar uma tabela com todas as instituições, órgãos e Poderes, a Defensoria Pública está muito aquém da sua necessidade.

Nós precisamos estar em todas as comarcas, na realidade nós precisaríamos estar em todos os municípios, mas minimamente nós teríamos que estar presentes em todas as comarcas. Como eu falei anteriormente, o cidadão não chega ao Poder Judiciário sem uma representação. E a Defensoria Pública para o pobre, para o carente, é essa voz.

Então, nos ouçam, e eu sei que hoje nós temos essa abertura para nos ouvirem, nós queremos ser parceiros, nós queremos apresentar dados de gastos que acontecem com a nomeação de advogados ativos, e o mais importante é que embora nesse momento nós vejamos que é um momento extremamente crítico, cheio de medidas e ajustes de readequação, queremos nos mostrar parceiros no início desse novo Governo.

Muito obrigada a todos (PALMAS)!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Agradeço a Dr^a Luziane Ribeiro que neste ato representa oficialmente a Defensoria Pública.

Com a palavra, o Deputado eleito e servidor público efetivo, Sr. João Batista.

O SR. JOÃO CARLOS BATISTA – Bom dia a todos!

Cumprimento a mesa na pessoa, do Deputado Wilson Santos, todos os servidores públicos, presentes, profissionais da imprensa, sociedade civil que acompanha.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Primeiro, eu quero dizer que é com muita satisfação que participo aqui, talvez como Deputado eleito, pela primeira audiência pública, não pude estar presente na outra, trazendo para dentro da Assembleia Legislativa, Deputado Wilson Santos, o coro de que a sociedade civil organizada pode participar dos debates aqui da Casa.

Eu já ouvi alguns debates acalorados do Deputado, inclusive, na última sessão que estivemos aqui, falando da importância de que todos possam contribuir cada um com sua opinião em todas as partes da administração pública.

Não é porque vem um orçamento feito pelo Governador e sua equipe que a Assembleia vai acatar, vai votar, sem que haja o debate, mas não só o debate pelos Parlamentares, mas que dê a oportunidade que os outros Poderes possam participar. E aí, eu defendo a questão da Defensoria Pública e sempre falei o meu ponto de vista aqui dentro da Assembleia e vou fazer alguns enfrentamentos, como sempre fiz através do sindicato.

Nunca nos furtamos em bater de frente com o Governo, em bater de frente com facções criminosas, em bater de frente com pessoas que pensavam o contrário de nós. (PALMAS) Então, nós vamos, estamos preparados também para dialogar, discutir com qualquer instituição que também faz o uso desse orçamento, mas eu, particularmente, entendo que a Defensoria Pública talvez seja um dos órgãos com menor orçamento e que, diga-se de passagem, atende principalmente a população de baixa renda.

Com relação à questão do orçamento do Estado, ontem nós tivemos a oportunidade de sentar com o Governador, fomos convidados, os 14 Deputados eleitos com uma reunião com o Governador, já que ele já tinha chamado os da atual Legislatura para apresentar esses números. Nós fomos chamados lá, ouvimos atentamente e fizemos os nossos apontamentos e infelizmente o que estamos observando aqui é que a túnica do discurso é que o grande problema do desequilíbrio financeiro do Estado de Mato Grosso são os servidores públicos, mas nós temos que deixar claro que o Estado não produz produtos tangíveis, o Estado oferece principalmente serviço.

É bem verdade que nós entregamos infraestrutura, precisamos de asfalto, precisamos de recursos para custeio, para que o profissional que preste o seu serviço, tenha viatura, tenha veículos, para que na saúde você tenha insumos, é bem verdade, mas a maior parte do que nós devolvemos para a sociedade com o tributo que arrecadamos é de serviço.

Nós tínhamos uma empresa de conservação que atua dentro da Assembleia Legislativa, que pode ter certeza, se olhar no orçamento, o maior gasto é com folha de pagamento porque esses profissionais que fazem a limpeza do prédio, no máximo a empresa contratará, comprará um veículo para transportar esses profissionais, ela terá que construir um espaço onde será o escritório, o alojamento, mas eles entregam o serviço.

Então, temos uma campanha na mídia no Estado de Mato Grosso muito grande, onde querem responsabilizar, principalmente, o servidor público com os salários... como tem falado a equipe do governo. Entendemos que existam algumas distorções, então, que cuidem dessas distorções, mas tenhamos muito cuidado nos discursos que estão sendo feitos, porque na apresentação de ontem, uma coisa que eu cobrei do Governador, não nos foi apresentada a evolução dos duodécimos dos Poderes, não foi apresentado para nós à evolução das isenções fiscais.

De 2003 a 2008, como foi apresentado os números, inclusive estou aguardando, ficaram de mandar por e-mail para nós e agora pela manhã conferi e não foram mandados os dados para nós. Nós temos que analisar também. Houve um aumento muito grande na renúncia de receita.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Lá foi falado quantos servidores tinham em 2003, o gasto com pessoal era tanto, o gasto com investimento era tanto e com custeio era tanto. Mas lá não se colocou de 2003 a população de Mato Grosso, do serviço que era prestado à população, se era serviço à altura do que prestamos hoje.

O Estado do Ceará está sob fogo cruzado de facções criminosas. O sistema penitenciário de Mato Grosso está sob controle, não está calmo, mas está sob controle, por quê? Porque o serviço público está sendo ofertado nessa área, foi aumentado o número de servidores.

Em 2003 nós tínhamos menos de mil agentes penitenciários e hoje temos mais de 2 mil e 500, mas temos segurança no sistema penitenciário. Então, tem que ver a contrapartida que está sendo devolvida também para a sociedade. Não é apenas bater.

Agora, a grande realidade é que há mais de 20 anos nós entendemos que vieram grandes produtores para contribuir com a economia do Estado de Mato Grosso. Contribuíram, ajudaram, mas infelizmente a grande realidade é o seguinte: nós elegemos pessoas muitas vezes para vir administrar o Estado e quando elas vêm administrar, vem com a cabeça de defender determinado segmento.

Eu sou representante classista, eu vim aqui para defender serviço público de qualidade para a sociedade. (PALMAS) Se eu fizer isso, eu valorizo o trabalhador do serviço público e valorizo a sociedade porque quem paga tributo quer receber: saúde, segurança, educação, cultura, esporte e lazer à altura daquilo que ele paga e assim ser respeitado.

Eu tenho certeza, não tenho dúvida nenhuma, que nessa nova legislatura nós vamos ombrear com o Deputado Wilson Santos, Deputado Max Russi, todos os demais Deputados que permaneceram nesta Casa, vamos trazer a experiência da luta sindical, da luta de rua, do enfrentamento para dentro da Assembleia Legislativa. E podem ter certeza, todos os demais Poderes, se o interesse maior for o bem-estar social, eu vou encontrar um parceiro aqui dentro.

Muito obrigado, Deputado!

Parabéns pela Audiência Pública! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Nós que agradecemos a participação do Deputado Estadual eleito, servidor público efetivo, João Batista.

Com a palavra, Dr. João Paulo Carvalho Dias, Presidente da Associação dos Defensores Públicos e, em seguida, Orlando Francisco, Coordenador do Fórum Sindical, que são os próximos inscritos.

O SR. EDSON PIRES (FALA FORA DO MICROFONE) – Deputado, por gentileza, que horas foi aberta as inscrições?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Agora. O senhor já está inscrito. Edson, do Jardim Brasil. Já está inscrito.

Com a palavra, Dr. João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO CARVALHO DIAS – Bom dia a todos e todas...

O SR. EDSON PIRES (FALA FORA DO MICROFONE) – Líder Comunitário e fundador do Bairro Jardim Brasil...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Líder Comunitário e um dos fundadores do Jardim Brasil. Meu velho amigo, só que engordou demais. Está boa a vida... (RISOS).

Por favor, Dr. João!

O SR. JOÃO PAULO CARVALHO DIAS – Em nome da mesa, eu cumprimento as mulheres, Dr^a Luziane, a Dr^a Roberta, bem como todos os membros das instituições e desta Casa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

A fala inicial nossa, da Defensoria, não é olhar o próprio umbigo ou pedir mais ou menos.

Eu só gostaria Deputado Wilson Santos, de iniciar complementando o pronunciamento do Deputado eleito João Batista.

A evolução orçamentária é necessária ser discutida aqui, assim como o equilíbrio fiscal, mas eu gostaria de iniciar falando de involução, e nada melhor, eu digo que Deus envia anjos em cada situação, enviou à mesa a Dr^a Roberta. E se eu estiver equivocado, doutora, eu não alinhei com a senhora, não conversamos nada, a única instituição do sistema de justiça nos 4 últimos anos, os 4 últimos anos que involuiu, decresceu, encolheu, chama-se Defensoria Pública.

Sabe o percentual do decréscimo, senhores? 13% o acumulado de quatro anos. O que isso significou? A Defensoria Pública aumentou em 20% o atendimento ao público, mas fechamos 15 núcleos ou comarcas. Quinze núcleos em comarcas significam centenas de milhares de pessoas sem Defensoria.

E, Deputado eleito João Batista, e quero chamar a atenção do Deputado Wilson Santos, foi feita inclusive uma comparação entre Defensoria, saúde e remédio, mas eu queria dizer para os senhores que hoje sem Defensoria vão ao pronto-socorro para ver o caos.

É o seguinte, senhores, lá tem distribuição do número do plantão da Defensoria por próprios servidores da casa, eu até me consterno com isso, porque, se não houver o plantão da Defensoria, eles falam “liga lá”, médico, enfermagem, técnico de enfermagem, Secretaria Estadual, Municipal.

O que eles dizem? “- Sem liminar seu pai ou sua mãe vai padecer aqui, porque não tem vaga”.

E aí, Deputado, o senhor está coberto de razão quando fala em equilíbrio fiscal, mas, como eu disse ao Governador anterior, Pedro Taques, se não discutirmos gestão na saúde, não adianta falar em judicialização.

O que eu vou fazer na madrugada quando um plantonista me liga? Eu vou deixar um senhor padecer porque ele não tem liminar ou eu vou procurar a Secretaria, um meio alternativo de composição? Não houve. Quem é que vai deixar uma mãe ou um filho padecer por falta de vaga? Isso é o que acontece.

No interior, sem Defensoria, eu digo para o senhor o que acontece, Deputado, as pessoas vendem, cedem sua casa do Minha Casa, Minha Vida, combustível, o carro. Eles negociam tudo.

E por falar em equilíbrio fiscal, que também é pauta aqui e não podemos fugir, vejam o gasto do Estado com dativos.

Um exemplo, vou pegar um exemplo bem linear, Guarantã Do Norte, 2016. O Governador Mauro Mendes quer números, e precisa, porque o Estado hoje sofre com isso. Economia da Defensoria de Guarantã: custo anual de uma Defensoria R\$498.000,00, meio milhão.

Custo anual de 2016 com dativos... Dativos, senhores, é advogado ou advogada nomeado para casos pontuais. A Defensoria tem que atuar extras gabinetes, mutirões, bairros, comunidades, difusos. Gastos anual de 2016 segundo SEFAZ R\$3,6 milhões com dativos em Guarantã do Norte.

Senhores, com 3,6 milhões, se o Estado tivesse discutido a gestão, teríamos instalado quase dez Defensorias no Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

É claro, Deputado, eu estava falando hoje mais cedo com o Deputado Dilmar Dal Bosco, e falei: Deputado, precisamos discutir a gestão, a implantação da Defensoria custo e benefício.

Mas não podemos negar que o acumulado de quatro anos, R\$36 milhões com dativos, senhores, a Defensoria está em 50% do Estado...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Dr. Joao, vamos conceder mais um minuto para o senhor.

O SR. JOÃO PAULO CARVALHO DIAS – Um minuto? Já irei encerrar.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Sim.

O SR. JOÃO PAULO CARVALHO DIAS – Com R\$36 milhões teríamos Defensoria em todas as comarcas.

O que é que demonstramos em números, e já estão aportados ao Governador, em números a Defensoria hoje teria economizado quase R\$20 milhões ao Estado.

Mas a vida é feita de escolhas e nós esperamos, Deputado Wilson Santos, que além do congelamento, por ser a única instituição que foi congelada por quatro anos, o que nós mais recebemos foi prioridade, prioridade e prioridade.

Eu só gostaria que o senhor, e todos os Deputados também, ouvissem as prioridades das pessoas, dos cidadãos, vulneráveis, invisíveis, pop rua, catadores de lixo, pessoas sem liminares, sem medicamentos e sem qualquer acesso à saúde.

Defensoria é cidadania.

Nós estamos abertos a críticas, mas não queremos tratamento diferenciado. Só não queremos um desnível, a ponto de criar uma inanição na única instituição hoje com a Emenda Federal nº 80 que diz que tem que ter um defensor em cada comarca e nós estamos em 50%.

Então, eu quero agradecer, mas hoje o nosso pedido é de socorro, socorro e o pedido a ecoar dos vulneráveis, que não têm mais para onde correr.

Daí a escolha será desta Casa e do Governo, ou gastar o triplo ou quádruplo com dativos, ou investir na instituição constitucional, que tem que estar na ponta.

Agradeço e faço coro aqui a essa transparência na evolução.

Corrupção se combate também com transparência e com a economicidade e a Defensoria está aqui nesse equilíbrio fiscal, congelada e decrescida em 13%.

Mas o nosso voto é de esperança, a cor da Defensoria é a verde, e queremos estar no Estado com as portas abertas 24 horas.

Nós agradecemos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Dr. Basílio, o Dr. João Paulo foi extremamente preciso.

Que o novo governo no caminho da reforma, na busca de equilíbrio, ele traz um dado e eu gostaria que o Dr. João, a Dr^a Luziane, pudessem documentar isso, porque o que ele falou é muito importante.

O novo governo não quer economia? Não quer baixar custos? Gaste menos com advogados dativos e coloque mais na Defensoria.

Provem-nos que vocês realmente exercem... (PALMAS) ...essas atividades de maneira muito mais barata para o mesmo cofre que paga.

Achei sua colocação pertinente.

Sr. Orlando Francisco, coordenador do fórum sindical, tem cinco minutos...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Quero só avisar que não adianta nada fala daí. Tem que ir ao microfone.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Um convite para conhecer os núcleos do interior da Defensoria.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – *Ok*. Vou cobrar da Dr^a Luziane que nos traga esse documento sobre a redução de gastos, via Defensoria, reduzindo gastos com advogados dativos.

Orlando sempre presente aqui.

O Sr. Basílio Bezerra Guimarães dos Santos – Deputado...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Com a palavra, o Secretário Basílio Bezerra.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Na audiência anterior nos colocamos à disposição para marca um horário com a Dr^a Luziane, com Dr. João, para vermos esses dados, ver esses números e sentar para conversar.

Acho que tudo é importante, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns!

Agora vamos ouvir o Sr. Orlando Francisco, coordenador do fórum sindical aqui em Mato Grosso.

O SR. ORLANDO FRANCISCO – Obrigado.

Quero cumprimentar o próprio Deputado Wilson Santos, na coordenação da mesa; os demais Deputados; o companheiro João Batista, membro do fórum sindical, companheiro de luta, agora, dia 1º de fevereiro estará tomando um assento neste Parlamento.

Não é, João Batista?

Senhoras e senhores, bom dia!

Primeiro, Secretário, quero dizer que a nossa preocupação novamente, diante desse segundo momento do orçamento, são os dados aqui colocados.

Além do terrorismo que o Governador já implantou em todos os municípios do Estado de Mato Grosso, além desse terrorismo, também informações que diríamos até contraditória.

Vamos pegar o exemplo... Aliás, o próprio Deputado Wilson Santos perguntou, Secretário, e é interessante que o senhor esclareça isso, porque o senhor colocou os R\$3,4 bilhões para a educação e, pelo que entendi, estão ensino superior e educação básica.

No nosso entendimento, Deputado, neste ano de 2019 seriam 27% para educação básica, da Emenda Constitucional, para chegar até os 35% - e acreditamos que no próximo século chegue aos 35%.

Outra questão que ficou da reunião passada, da primeira audiência, na quinta-feira, foi com relação ao imposto de renda retido na fonte, que continuou sem estar na base de cálculo para educação e para a saúde.

Outro ponto, inclusive enquanto fórum, enquanto direção do SINTEP, debatemos, é com relação às receitas que já foram inclusive divulgadas.

Por exemplo, o CIRA, que tem uma média de 300 milhões, não sei qual seria o valor agora para 2019, mas não aparece como insumo de receita para o serviço público como já

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

colocou aqui o companheiro João Batista, ele não aparece lá como insumo de recursos para serviços públicos, não só a questão salarial, que nós estamos aí com a pendência de vários itens da questão salarial.

Outro item é com relação ao excesso de receita, o excesso de receita que nós não sabemos qual é o percentual, qual é o valor, e houve excesso de recesso nesse período, principalmente em 2018, também já nas próprias Mensagens, nas propostas das normas financeiras também não aparece como insumo de receita para o serviço público e também para questão salarial que está a pendência do décimo terceiro, da RGA e outros.

E o terceiro é com relação ao FEX, que é esse Fundo de Exportação que também não aparece como recurso garantido para sanar esse déficit que tanto está sendo divulgado.

E para concluir, quero dizer o seguinte, não vou ocupar nem os cinco minutos, Deputado: este Parlamento hoje que aqui está, inclusive, já tem agenda para o dia 16 e 17, se eu não estiver enganado, para votar as Mensagens, para nós servidores, nós do serviço público, para nós cidadãos que pagamos imposto, ele não é o Parlamento legítimo para votar essas Mensagens (PALMAS).

Essas Mensagens têm que ser votadas pelo novo Parlamento. O Governador que assumiu no dia primeiro tem que ter clareza de que é o Parlamento que assume dia 1º de fevereiro, que tem a sua legitimidade para votar esses projetos de lei, porque esses projetos de lei não estão sendo debatidos na sua condição legal, como a sociedade, além dos Deputados que terão que assumir no dia 1º de fevereiro.

Então, isso já é uma herança maldita deixada por um Governo que está assumindo. Essa é a primeira mensagem que nós queríamos deixar aqui registrada.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Agradeço o meu colega, Professor Orlando. Inclusive, Orlando, eu estou apresentando nesta semana, quatro emendas para provar que é possível fazer um orçamento sem déficit, para provar que é possível. Você não gastou, como é que você vai dizer que vai gastar? Só você não gastar. Simples (PALMAS). É claro, normal. Ele já está avisando que você vai fazer obras e quem ganhar e realizar não vai receber? É isso que significa fazer um orçamento com déficit? Você vai insistir em fazer com o déficit? Um bilhão e seiscentos milhões, se não fez obras e serviços, aquisições de bens e consumos, enfim... E você não vai pagar quem vai vender? É isso que está dizendo ao fornecedor? É possível dizer: “olha, eu gostaria de fazer, mas não tenho condições, vou deixar para o próximo ano.”.

A previsão é um investimento de 1 bilhão e 100 milhões, eu estou propondo tirar 400 milhões, invista 700 milhões no primeiro ano .

Fui Prefeito de Cuiabá, Sr. Basílio, não fiz nenhuma obra física no primeiro ano, peguei uma Prefeitura com três folhas atrasadas, não são três pedaços de 13º, nem três RGA, nada, três salários integrais atrasados. Fechamos o ano com tudo em dia e terminei com o superávit de 51 milhões, fiz superávit em um ano que ninguém imaginava. Agora, tem que ter coragem para fazer o que tem que ser feito.

Próximo inscrito...

Você já quer receber por bloco? A cada três, o senhor responde? Então, com a palavra o Secretário Basílio.

O SR. BASÍLIO BEZERRAGUIMARÃES DOS SANTOS – Deputado Wilson Santos, falamos...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Só um momento. A Srª Jacira Maria e depois a Marisa Beatriz são as próximas.

O SR. BASÍLIO BEZERRAGUIMARÃES DOS SANTOS – Em relação a essa questão do déficit, Deputado Wilson Santos, nós apresentamos ali e é importante reforçar isso. Esse valor de 1 bilhão 682 milhões não vai ser disponibilizado na Execução Orçamentária.

A ideia de se apresentar uma LOA com insuficiência de recurso foi mostrar, com transparência, como a própria legislação nos obriga ao total do valor que está sem recurso financeiro para cobrir. O Governo, a administração, é muito responsável nesse sentido, não vai ser executado um centavo desse valor sem ter a cobertura financeira, ou seja, se as ações de reforma administrativa que vão cobrir essa diferença não sejam, de fato, executadas, como por exemplo, o aumento da receita do FETHAB em 600 milhões, conforme foi previsto e outras ações de redução de gasto.

Esse valor vai nascer no orçamento contingenciado, até porque nós temos obrigação legal de manter o equilíbrio de contas públicas, inclusive a proposta de LRF do Estado que está sendo encaminhada trata justamente de assuntos dessa ordem.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Secretário Basílio, pela explicação. Convido então, a Srª. Jacira da Costa Silva, ela é Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários, em seguida a Srª Marisa Beatriz.

Srª Jacira, tem até cinco minutos...

A SRª. JACIRA DA COSTA SILVA – Bem menos, Deputado Wilson Santos.

Bom dia. Cumprimento a Mesa em nome da Drª Luziane, Deputado Wilson Santos, cumprimento a plateia, em especial os meus colegas do Sistema Penitenciário presentes.

Infelizmente, Deputado Wilson Santos, a cada vez que nós lemos essas mensagens que aqui chegaram, nos sentimos muito atacados como servidores públicos, porque a cada leitura de uma dessas mensagens, parece-me que o servidor público é aquele que causou todo caos financeiro dentro do Estado e sabemos que não foi o servidor público. Não é o servidor público que deixou todo esse déficit.

Quanto ao sistema penitenciário, do qual eu faço parte, dentro da proposta da reforma administrativa, nós não vemos com bons olhos a forma como nós do sistema penitenciário estamos sendo tratados.

O Governo fala que é um Governo aberto para poder negociar. Nós já estivemos lá na segurança pública, Secretário Basílio, éramos tratados como ninguém. Quando saímos, conseguimos sair da segurança pública, tivemos certa evolução, mas no orçamento passado, nós já vínhamos alertando que aquele PPA para esses quatro anos do Governo seria insuficiente para as necessidades do sistema penitenciário.

Só para lembrar que agora a pouco o Deputado eleito, João Batista, citou sobre a condição do sistema penitenciário hoje no Ceará, em vários Estados que são dominados por facções. Aqui dentro de Mato Grosso isso ainda não aconteceu, porque realmente nós conseguimos controlar.

Nós servidores, com o pouco recurso que é destinado ao sistema penitenciário, ainda conseguimos fazer a diferença! E essa diferença não é valorizada pelos governos que por aí passam, inclusive, eu me lembro da fala do Governo durante a campanha, quando ele dizia: “quem não quiser estar dentro do sistema nessas condições não faça nada de errado para estar lá.”. Só que já temos uma superlotação. Nós temos problemas, sim! E esses problemas tem que ser enfrentados, esses problemas no sistema penitenciário, para que nós não tornemos um Ceará da vida, nem o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Amazonas, nem o Rio Grande do Norte, que também teve muito problema com as facções dando ordens à população, à sociedade, levando terror à sociedade. Não é isso que nós queremos.

Nesse quesito, Secretário Basílio, fica difícil para nós, como representantes do Sistema Penitenciário, ficarmos alijados desse processo, onde o sistema penitenciário que elegeu, os servidores elegeram também os seus representantes para poderem falar sobre as suas mazelas e suas necessidades. No entanto, essa Secretaria está sendo alterada também, está havendo uma mudança. Parece-me que ela vai ficar dentro da Segurança Pública, mas nós estamos alijados do processo, nós não sabemos realmente como tudo isso vai ficar.

Vimos agora na apresentação, 2 bilhões e alguma coisa destinados à segurança pública. Aparecem PM, a PJC e a POLITEC, mas onde fica o Sistema Penitenciário? Lugar onde temos reeducandos que ficam de 1 a 30 dias dentro desse Sistema. No entanto, nós não vemos o que está sendo destinado para esse sistema penitenciário, para que nós, Deputado Wilson Santos, possamos conseguir manter esse controle no sistema e valorizar os seus servidores que lá estão também.

O Sistema padece, é deficiente em servidores. Nós concordamos com o Governo que tem que haver, sim, uma contenção de gastos, mas o Governo tem que também ouvir o lado daqueles que precisam falar sobre os gastos que não podem ser contidos. Ao invés de serem contidos, eles devem ser melhor aplicados.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Tempo esgotado. Eu vou conceder mais um minuto a você, Jacira.

A SR^a JACIRA MARIA COSTA E SILVA – Muito obrigada, Deputado!

Secretário Basílio, nós, como representantes do Sistema Penitenciário dos seus servidores, gostaríamos de falar sobre as nossas mazelas, as nossas necessidades e gostaríamos de participar dessa implementação do novo órgão, para sabermos como será o funcionamento para nós. Como que algo está sendo mudado e nós não podemos opinar sobre as necessidades que ali estão presentes.

Essa é a mensagem dos servidores.

Muito obrigado Deputado Wilson Santos, e parabéns por sua intervenção.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado Jacira! Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários (PALMAS).

Convido agora Mariza Beatriz, em seguida já o Edson do Jardim Brasil e o Gauchinho, Gilmar Brunetto, popular Gauchinho, são os próximos inscritos.

Agradecer a presença aqui do Deputado Saturnino Masson; já a mesa o Deputado eleito Elizeu Nascimento; agradecemos a presença do Luciano Souza de Arruda, Diretor do Sindicato de Desenvolvimento Econômico Social; ao Secretário César Miranda; Eliane Albuquerque, Secretária Adjunta Sistêmica de Planejamento e também passo a palavra Mariza Beatriz do Fórum Estadual do Idoso.

A SR^a. MARIZA BEATRIZ DE SOUZA – Bom dia!

Além disso, meu colega de magistério Deputado Wilson Santos, eu sou Diretora de Aposentados, Pensionistas e Idosos do SINDES, representando neste momento a minha categoria de funcionária pública estadual.

Eu gostaria de perguntar ao meu amigo Basílio a que tive a honra de ficar uns dias com você dentro do MT Saúde onde representei os idosos ali e onde você nos valorizou muito.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Aproveito a oportunidade dada, através do Deputado eleito João Batista, do Deputado eleito Elizeu Nascimento, cumprimentar toda a mesa.

Quando você diz Basílio que 75 anos correndo grande perigo dentro do Estado ainda trabalhando, esse risco é para quem? Para nós aposentados ou para o governo que não fornece a mínima condição de trabalho para que nós possamos sair em uma idade correta, o que ampara o Estatuto do Idoso ou a falta de condições de trabalho que ele dá para todos os servidores tanta da ativa como dos inativos chegando ao ponto de que, eu tenha que levar o meu cafezinho, o meu açúcar, o meu papel higiênico, porque o governo não estava colocando isso para nós servidores da ativa. E os inativos sempre servindo de chacota com governo que entra, com governo que sai e ontem a amostra foi dada no Programa do Roberto França.

O que eu não concordo é dizer que o pessoal aposentado é inativo, porque de inativo nós não temos nada. Nós saímos, nós brigamos, nós vamos para rua e todos atrás do pessoal da ativa por que infelizmente inativos não se faz greve como dizia Pedro Taques.

Então fica essa minha pergunta para você Basílio, e quero dizer também que, corrupção não se combate com perseguição e é isso que estamos vendo desde o começo do Governo Mauro Mendes. Ele entrou, estamos servindo de chacota, ele vai num programa, ele zomba na cara do servidor público e não foi isso que esperamos dele... (PALMAS).

Não foi isso que votamos, votamos num homem íntegro, que pudesse nos representar sem fazer palhaçada com o nome do servidor público, porque se hoje ele governa o Estado, nós estamos por trás dele. Nós somos o paredão, é por meio de nós que ele desenvolve o trabalho dele e um trabalho bem feito é feito por nós, não por ele, como governo, porque se nós pararmos, ele não consegue ir para frente. É isso que ele está tentando fazer, com que os servidores públicos saiam para rua como saímos com Pedro Taques no começo do governo e colocamos para ele o que era necessário, foram mais de 30 dias de greve.

Se ele continuar fazendo chacota com a cara do aposentado, com a cara do servidor público ativo, nós estaremos na rua, com certeza, porque é inadmissível que você trabalhe, que você lute pelo crescimento de Mato Grosso como nós aposentados fizemos e agora somos tratados com desinteresse, com palhaçada e zombando da nossa cara. Isso não é permitido.

Eu, como representante do Fórum Estadual do Idoso, não irei permitir que se faça isso. Para isso temos o Estatuto Estadual do Idoso, o Estatuto Nacional do Idoso, que nos protege e se for preciso vamos entrar e vamos entrar para valer.

Outra coisa que eu gostaria de pedir, é que a Defensoria olhasse os aposentados, não só as pessoas carentes, mas os aposentados que, às vezes, precisamos de uma saúde e não estamos conseguindo no MT Saúde e quando procura a Defensoria não somos atendidos dentro do que é valorizado. Mas, no nosso salário é descontado todo mês um plano de saúde que não está nos assistindo. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – A senhora foi a primeira a cumprir o tempo, os idosos sempre respeitando (RISOS). É para respeitar o idoso, o idoso que está respeitando aqui.

O próximo inscrito é o Edson, do Jardim Brasil, em seguida, Gilmar Brunetto. Esse também tem o costume de respeitar o tempo.

O SR. EDSON PIRES – Infelizmente, porque deveríamos ficar aqui horas e horas, dias e dias, debatendo LOA, PPA, etc. e tal.

Mas, Deputado, parabéns pela Audiência Pública. Muito obrigado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Cumprimento a mesa na pessoa ainda do Deputado Estadual Wilson Santos, veterano.

Quero parabenizar os nossos queridos amigos que estão chegando nesta Casa e dizer que vocês nos representam, porque representam o novo. Este País precisa do novo, precisa de novas ideias... (PALMAS) ...precisa de novas posturas de cada cidadão brasileiro, de cada cidadão que aqui está, seja servidor público, ou não. Somos cidadãos, somos brasileiros, não podemos ficar puxando a sardinha somente para o nosso lado e viver um *apartheid* social dentro de um País, de uma Nação, onde penso que eu sou servidor público e o trabalhador comum, que pega o ônibus lotado, que aumenta a paisagem todo ano, que chega lá cansado, que não sabe a hora de volta para casa, que paga o salário do servidor público também está sofrendo, porque ele já come o pão com ovo, come só o pão; já não come o bife a cavalo porque já não tem mais o dinheiro do ovo, porque está sendo cortado na pele de cada cidadão brasileiro.

Eu conclamo vocês, servidores públicos, que pensem nisso, mas pensem com vontade, com coração de um brasileiro, que estamos enterrados num lamaçal de lamas de finanças mal administradas, quem administra 1 milhão, administra 1 trilhão. É assim que pensa o cidadão do bolicho lá no fim do mundo, lá onde eu resido, onde eu moro.

Deputado Wilson Santos, quero dizer aqui e quero me reter em falar somente de participar popular e controle social.

Adentrei nesta Casa na Audiência Pública anterior, deixei tantas outras passarem, porque ali naquela entrada já nem perguntaram quem eu era e não tinha uma lista para assinar minha presença aqui. Hoje a mesma coisa.

Então, quero dizer isso, senhores, porque isso nos afasta de participar. Somos cobrados, a participação popular é cobrada, mas ela é desmerecida.

E aqui quero dizer para a nossa companheira da Defensoria Pública, que nos atende quando necessitamos, que, infelizmente, companheira, a corda arrebenta para o lado dos mais fracos. Somos nós que temos que sofrer todas essas mazelas da má administração do dinheiro público. Somos nós.

Não vim aqui preparado para me exalta, mas logo ali eu fui desrespeitado, quando a colega me atendeu e eu falei para ela: não tem mais uma listinha? Eu não vou dizer quem sou eu? De repente eu acordo e já está todo mundo inscrito.

E eu tenho que ser deselegante com o nobre Presidente, Deputado Wilson Santos, e pergunta que hora foram feitas as inscrições? Será que não terei mais direito a fala?

Desculpem-me a indignação, mas o Deputado Wilson Santos sabe, o Elizeu Nascimento sabe, a sociedade civil organizada deste País nasce numa associação de moradores, o Elizeu é ex-Presidente do Altos da Serra saiu de lá, fico muito feliz e quero voltar a falar porque estou acreditando nessas novas pessoas que estão surgindo na política; após a Associação de Moradores, temos a União Cuiabana das Associações de Moradores de Bairro e temos a União Coxipoense das Associações de Moradores de Bairro, que esta Casa, esses Governos, nas três esferas, quando necessitam da população sabem onde encontrar, porque nós temos *sites*, *e-mails*, estamos em todas as redes sociais, falando com os companheiros no *whatsapp* no grupo dessas instituições e ninguém sabe dessa Audiência Pública e quero agradecer o convite ontem do Deputado Wilson Santos, que foi entrevistado no jornal do meio-dia, no canal de televisão, e recebi o convite direto dele, senão aqui também não estaria, porque eu também não estava sabendo desta Audiência Pública.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Então, senhores, pensem na sociedade civil organizada também pelo movimento popular, não somente pelos sindicatos, pelos funcionários públicos.

Tenho certeza absoluta que meu Presidente Valter Arruda gostaria de estar aqui, Édio Martins gostaria de estar aqui, Maurício, da UCAM, gostaria de estar aqui, mas eu não sei onde que estamos falhando na comunicação, porque outrora, em tempos passados, esta Casa nos enviava convites até no *whatsapp*, e hoje, de uns tempos para cá, tenho percebido que não estamos mais sendo convidados.

Quero encerrar minha fala lembrando uma frase de Chico César que dizia: “me organizando eu posso desorganizar, eu desorganizado posso me organizar.”

Quero que vocês reflitam quem é que quer a participação popular, somos nós, que estamos lá na ponta, sentindo na pele aquilo que o cidadão brasileiro sente, ou são vocês que estão nos governando com o nosso próprio recurso?

Desculpem-me a indignação.

Pensem nessa frase do Chico César, um caro que saiu do mangue, catando caranguejo. E não vamos debochar de cearense, alagoano, de pernambucano ou de baiano, porque nós somos uma Nação e vamos defender a nossa Nação, com direito e igualdade a todos os cidadãos. (PALMAS)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado, Edson.

Fica uma alerta do Edson para nós da Assembleia Legislativa otimizarmos cada vez mais a divulgação das atividades da Assembleia Legislativa.

A Assembleia Legislativa tem uma televisão, tem uma Rádio FM, tem *site* e tem que aproveitar essas ferramentas, esses veículos de comunicação, para aprofundar as divulgações.

Muito obrigado, Edson, pela presença.

O Edson é um baluarte dos movimentos sociais.

Para fazer o uso da palavra o Gilmar Brunetto.

Em seguida está inscrito o José Carlos Basem.

O SR. GILMAR BRUNETTO – Bom dia!

Agradeço a Deus por esta oportunidade de estarmos nos comunicando com a sociedade mato-grossense.

Parabéns, Deputado, pela iniciativa!

Em nome do Deputado Wilson Santos, em nome do pequeno, mas valente Joãozinho, que junto com nobre Vereador vão fazer a diferença nesta Casa e, com certeza, não vão se lambuzar.

Nós hoje fomos surpresos com a circular da Presidência desta Casa, em que ela coloca em votação a reforma administrativa.

Tínhamos montado uma estratégia de evitar que isso acontecesse por meio dos pedidos de vista, mas por isso aqui o pedido de vista não vai impedir que esta legislatura vote essas Mensagens do Governador.

Deputado Saturnino Masson, eu sei que o senhor vai votar conosco. Pela sua história e pela sua conduta o senhor vai votar conosco. (PALMAS)

Por quê? Porque nós andamos nos gabinetes – desculpem-me - e o Governador já chamou os 14 que estão deixando esta Casa.

Aí nos assusta, Deputado Wilson Santos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Qual o compromisso desse 14 com a opinião pública? Qual?

É um absurdo alguém em final de mandato votar o futuro do Estado!

O Deputado Saturnino Masson vai votar conosco. Nosso amigo Eliel, seu eleitor, já conversou com o senhor e já garantiu que Vossa Excelência vai ser digno na votação nesta Casa. Pena que está aqui só o senhor, os demais, como diz o outro, vazaram.

A nossa grande preocupação agora é fazer de tudo para que esses projetos sejam votados por aqueles que vão ter que responder perante seus eleitores – perante seus eleitores. São esses que têm que votar essas Mensagens.

Então, assusta-me muito quando sua Excelência, o Governador Mauro Mendes, pegou o bode expiatório do servidor público, pegou a fazedora de café e o que dirigia o gol. O disco dele furou. Ele só está sabendo falar isso em todo momento.

Furou o disco dele, Sr. Basílio. Por favor, o oriente.

Os salários dos empregados da EMPAER é uma cópia autenticada do salário do INDEA, do INTERMAT, do SEAF e é muito menos do que os salários de Procuradores, Promotores, Juízes, essa cambada que está cheia de auxílio e não tem a humildade de vir aqui pedir para reduzir o duodécimo da Assembleia Legislativa.

Entendo o seguinte: esta crise, senhoras e senhores, é um produto da corrupção que tomou conta de Mato Grosso, é um produto dos incentivos fiscais irregulares.

Denunciei isso há muito tempo... (PALMAS)

Fui processado pela Havan, que vem vender produto chinês aqui e queria incentivo fiscal.

Com muita clareza o ex-Governador Silval Barbosa colocou que o Incentivo Fiscal era caixa 2. Era do incentivo fiscal irregular que eram bancadas as campanhas eleitorais de Mato Grosso.

Então, senhoras e senhores, Deputado Elizeu Nascimento, Deputado João Batista, pequeno e valente, você vai fazer a diferença aqui, vamos fazer um trabalho: votem para o Deputado Eduardo Botelho, mas desde que ele retire de pauta isso tudo e esses projetos sejam votados na próxima legislatura.

Concluo agradecendo ao Deputado Wilson Santos pela audiência pública que faremos sobre a EMPAER na sexta-feira, às 08h e traremos quinhentos profissionais para mostrar para a sociedade que somos dignos, honestos e queremos prestar um serviço de qualidade para Mato Grosso.

A agricultura familiar, senhoras e senhores, põe na mesa, de todos nós, mais de 70% do que comemos. Nós não comemos algodão, não comemos soja, não comemos milho... Nós comemos maxixe, jiló, alface e outros e quem produz isso é o agricultor familiar! Sessenta por cento que estão no campo, senhoras e senhores, são os agricultores acima de 60 anos. O jovem não está ficando lá, porque não está tendo renda. E nós, da pesquisa em extensão rural, temos o compromisso com eles. Temos o compromisso com eles!

Em uma entrevista com Sua Excelência, o Governador Mauro Mendes, colocou o seguinte: “um técnico da EMPAER mora em Cuiabá e dá assistência em Rondolândia.”. Mentira! Lá nós temos um técnico nosso extremamente competente. E qual foi o grande erro de Sua Excelência, o Governador Mauro Mendes? A equipe de transição fez um trabalho espetacular, só que ele não ouviu, Deputado Wilson Santos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Um membro da Comissão, malandramente, só levou a coisa ruim para ele, não levou a parte boa que a equipe montou. Então, está em tempo de Vossa Excelência, o Governador, ouvir a parte boa. Nós temos muito a oferecer para Mato Grosso e nós não vamos arredar o pé. Se o povo não votar, vamos acampar nessa Casa, Deputado Wilson Santos, as empresas estão mobilizando, vamos encher e dormir aqui dentro, se esses projetos não foram revogados ou votados por aqueles que não tem compromisso com a sociedade. Deputado Saturnino Masson, contamos com Vossa Excelência! Ajude-nos a mudar a situação, que Deus nos abençoe e sucesso a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado! Grande gauchinho... Quanto mais velho, mais danado, não é? (RISOS)

Com a palavra, o Sr. José Carlos Bazan, vulgo Pardal, Vice-Presidente da Associação dos Defensores do Rio Coxipó. Depois estão inscritos também Gilmar Soares Ferreira e Valdeir Pereira, Presidente do SINTEP e Sr. Alexander.

O SR. JOSÉ CARLOS BAZAN (PARDAL) – Senhores, bom dia!

No ano passado, nessa Casa, nos fizemos uma reunião do Programa REN – Redes Energéticas Nacionais. O Programa REN trabalha com poços de carbono, para eu explicar isso é demorado, mas em síntese é um combate generalizado contra o desmatamento em Mato Grosso.

Nós assumimos um compromisso, como sociedade civil, identificando para o Governo que o Mato Grosso diminuísse o seu desmatamento, e chegamos a um número perto de 190 mil hectares/ano. Mato Grosso poderia desmatar sem trauma nenhum. Em contrapartida, nós receberíamos perto de 80 milhões de euros. Parte desse recurso, vinte milhões de euros, foi recebida em dezembro do ano passado. Esse recurso era para ser aplicado em desenvolvimento do Mato Grosso.

A minha questão é abrir a LOA e olhar onde esse recurso está na LOA. Não achei! Eu não acho onde esse recurso está na LOA. Eu vou abrir e olhar o quê? Estabelecer normas e finanças públicas no âmbito do Estado de Mato Grosso. Eu vou olhar lá e tentar achar onde está isso. Eu achei uma coisa semelhante quando eu vejo aqui, eu vou achar em receitas não correntes. Receitas eventuais de origem não tributária que ingressam no orçamento de forma pontual, descontínua, não repetida, tais como: auxílio financeiro para o fomento das exportações.

Então, eu deveria encontrar esse recurso disponibilizado aqui, eu não estou encontrando ele aqui, mas a hora em que eu olho aqui, estabelece normas e finanças, eu começo a encontrar conceito de receita corrente líquida ajustada. Caramba, agora eu vou ter que olhar o que é receita líquida ajustada! Aí, o Governo dá um conceito do que é isso, aplicar uma lei complementar nº 01 no seu artigo 2º. O artigo 2º não fala nada de receita líquida ajustada. Eu estou errado ou este documento está errado? Aí, se eu estou em dúvida em algo, eu vou olhar se tem mais erros aqui. Bom, o primeiro erro não está esse recurso que está disponibilizado para Mato Grosso.

É interessante esse recurso, Deputado, porque esse recurso identificou quase trezentos projetos a serem financiados, trezentos projetos advindos, em tese, da sociedade civil de todo o Estado de Mato Grosso. Nesse caso, isso também tem que passar pela Assembleia Legislativa na discussão do Orçamento. Eu não sei, Deputado, isso está acontecendo? Vou olhar ali e vejo que o Estado quer fazer poupança pública. Um Estado deficiente quer fazer poupança pública e ele coloca essa poupança pública... Inciso II do artigo 35: “O Estado terá como meta atingir percentual da poupança pública de, no mínimo, 8% da receita corrente.” Receita Líquida Corrente, ele não falou uma Receita Líquida Corrente. Você vê, então começa a bagunçar a cabeça da gente e da sociedade

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

civil, e nós somos chamados para vir aqui e ver confusões em texto, que é difícil para nós traduzirmos, ... Não sei dizer se é economês, contabelês, contabelês em norma é fácil de entender, é uma norma, em norma de Receita Líquida Corrente Ajustada não encontro, não sei onde está isso aí, não está na Lei, na Lei Federal. Ele diz ainda, distribuído em 5% para investimento, 1% para reserva de contingência, 2% para déficit de previdência, mas ele não fala assim, ele fala o seguinte... É audacioso dizer que daqui a 8 anos vai aplicar 8% desses recursos, não diz que vai aplicar.

Ele construiu um texto que será distribuído, ele não diz no texto que será aplicado, conseqüentemente, se for aplicado em investimento volta para a Assembleia Legislativa discutir se é 1% para reserva de contingência, se volta para a Assembleia Legislativa discutir, vai para emendas parlamentares, etc. E se é para déficit previdenciário, volta para déficit previdenciário, mas ele diz que é em 8 anos.

Uma legislação que transforma em norma uma poupança por tempo determinado, isso é objeto de PPA – Plano Plurianual, PPA, em longo prazo, isso é política de Estado, não pode ser colocado dentro de norma. Aceito, entendo que conceitualmente pode ser colocado sem trauma nenhum, mas dar uma temporalidade para ele, em uma norma, é uma norma de aplicação de recursos, é temerário, e bagunça muito para nós tentarmos entender.

Mas em síntese, eu gostaria só que, então de fazer essa correção desse documento de norma, porque eu acredito que ele tenha outros erros, e erros de redação comprometem a nossa avaliação.

Senhores, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado José Carlos Bazan (Pardal), por essas duas observações feitas ao texto do projeto LOA 2019. Gilmar Soares Ferreira, Secretário de Comunicação SINTEP – MT, depois inscrito Valdeir Pereira, Presidente do SINTEP, depois Alexssander e assim nós encerramos as inscrições, depois passaremos já para finalização desta Audiência Pública.

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA - Saúdo a todas e todos os presentes aqui nesta Audiência Pública.

Primeiramente, quero dizer que se a atual Legislatura, que se encerra neste mês, aprovar as mensagens que estão aí, com o perdão a este profissional, mas os Deputados e a Deputada desta Casa serão os coveiros da cidadania do povo mato-grossense, eu explico por que: Porque a cidadania está submersa uma condição de que a população tem que ter direitos, e um dos direitos fundamentais, e um serviço público de qualidade.

Qualquer lei de orçamento aprovada nesta Casa com as mensagens que estão também sendo tramitadas aqui, especialmente a Mensagem nº 05, joga no túmulo, na cova, a maioria do povo mato-grossense que necessita de serviço público de qualidade e para isso precisa ter servidores públicos valorizados.

Nós estamos tratando na Mensagem nº 05, pontos que o companheiro que me antecedeu também aqui tocou, do engessamento do orçamento público. É uma parafernália, são chicanes dentro de uma lei que independe de qualquer manuseio de números, de qualquer apuração de receita e de qualquer redução de despesa. Não haverá condições para valorização dos servidores públicos porque impede diretamente a valorização por meio do engessamento da RGA, inclusive, das carreiras que estão propondo para frente à valorização do ponto de vista de assegurar a dignidade profissional deste Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Portanto, algumas condições que estão na Mensagem nº 05, como ganhos de valorização profissional, condicionada ao crescimento de receita, a redução de despesas sem fechar o orçamento, isso chama a atenção ao chamado serviço da dívida. Isso é vergonhosamente escancarado na Mensagem nº 05!

E os Deputados e a Deputada desta Casa têm que ter ciência disso, vocês serão coveiros da cidadania. É uma vergonha a mensagem que o Governador recém-empossado enviou para esta Casa no apagar de uma legislatura (PALMAS). É indigno para alguém que se diz político com “P” maiúsculo neste País.

Lamentavelmente a condição política não está em voga desde a União, desde o governo federal até os governos municipais, as regras estão invertidas. Aqueles que não fazem política verdadeira com “P” maiúsculo estão em desvantagem, lamentavelmente. Mas, não é isso que irá nos tirar da luta. Já fizemos greve na educação de 67 dias, não foi uma só, não.

O governo Taques trouxe uma realidade que não existia, Deputado Wilson Santos, greve unificada dos servidores públicos, e o Deputados aqui têm que saber as condições que eles irão submeter os Deputados desta Legislatura, aprovando essas mensagens, a que condições eles vão submeter o povo, os servidores públicos e nós daremos a resposta.

Chamo a atenção, para encerrar, para não extrapolar o tempo, a essa Mensagem nº 05, ela é terrível do ponto de vista de qualquer possibilidade de oferecer serviços públicos de qualidade a população, são muitas pegadinhas que estão colocadas aqui, são muitas falsidades, são muitas situações que diz respeito a dignidade humana colocadas aqui dentro, isso nós vamos fazer os Deputados tomarem conhecimento dela.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado, professor Gilmar, ele cumpriu também rigorosamente o tempo. Próximo inscrito agora, Deputado eleito, Sargento da gloriosa Polícia Militar, Elizeu Nascimento, depois, Valdeir Pereira e Alexssander.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO – Sr. Presidente desta valorosa Audiência Pública, Deputado Wilson Santos, senhores membros que compõem a mesa o qual eu saúdo em nome do Deputado Saturnino Masson, Deputado eleito João Batista e demais representantes sindicais aqui presentes e representantes do Governo do Estado.

Vou iniciar minha fala de uma forma bem simples, o quem tem quebrado o Estado de Mato Grosso não são os funcionários públicos, nós somos trabalhadores, e sim, a isenção fiscal de aproximadamente 300 poderosas empresas no Estado de Mato Grosso. Quem quebra o Estado de Mato Grosso não são trabalhadores que estão diuturnamente defendendo a sociedade e fazendo recolhimento dos impostos para que sejam pagos os salários dos três poderes do Estado de Mato Grosso. Quem quebra o Estado são irresponsabilidades de corrupção assolada neste valoroso e poderoso e rico Estado da agricultura e de vários outros segmentos.

Sr. Presidente, nós temos participado de várias reuniões, vários embates. Ontem tivemos uma numerosa quantidade de Deputados recém-eleitos e ali nos posicionamos no sentido de mais de 40 anos de trabalho de vários profissionais que têm o seu segmento profissional à beira da extinção, como é o caso de algumas empresas públicas, EMPAER, MTI e várias outras.

E nós ali, eu, o Deputado Elizeu, o Deputado João Batista, o Deputado Lúdio Cabral, e vários outros companheiros, recém-eleitos, prontos para contribuir na administração deste Estado. Demos a letra, senhores, de que passamos 40 anos construindo a história e a economia deste

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Estado para vermos em apenas, menos de 30 dias, quererem destruir a toque do apagar das luzes, o fim de empresas como essa empresas que eu falo empresas públicas.

E nós sabiamente pedimos ao Governador, ao Secretário Rogério Galo que se encontra a mais de um ano ali à frente da pasta. Não é desconhecedor do que tem ocorrido no Estado. É com ele que estão todos os números. É com ele que está a autorização para que possa ser pago tal empresa, tal funcionário público, tal segmento e etc.

As notas do Estado são recolhidas pela Secretaria de Fazenda, e nós pedimos que seja simplesmente dado mais tempo para que possamos discutir junto ao fórum sindical, junto aos representantes sindicais, e que não seja votado em pleno apagar das luzes por Deputados que temos o respeito, mas que estão de saída. Não estarão aqui por 4 anos como nós, estaremos os quatorze novos e mais os dez reeleitos.

Então, Deputado Wilson Santos, nós entendemos que é necessária a votação do FETHAB, porque é uma ferramenta que já estava sendo utilizada e se expirou no final do mês de dezembro. É uma fonte arrecadadora que já existia. Não estamos contrários à votação do FETHAB, mas contrários, sim, mexer na RGA, reposição salarial, porque existe essa ferramenta a ser votada também, esse Projeto de Lei, que vem fazer um congelamento salarial por tempo indeterminado, ou seja, é o fim da RGA, de forma maquiada, que estão tentando implantar dentro do funcionalismo público do Estado de Mato Grosso.

Estamos nos posicionando, além daquilo que já havíamos nos posicionado, sermos contrários ao atraso de salários e parcelamento do 13º, somos contrários a esse modelo de Governo, que, infelizmente, está vindo goela abaixo contra o funcionário público do Estado de Mato Grosso.

Fomos eleitos para contribuir... (PALMAS) ...para que possamos fazer com que o Estado avance, mas não podemos deixar de sermos responsáveis com pais e mães de família, que hoje sequer têm condições de abastecer seus veículos para se deslocarem a seus postos de trabalho. (PALMAS)

As aulas já iniciaram para algumas crianças, para outros estão a iniciar e muitos aqui que não têm nem o mínimo de condições para comprar o material escolar, até porque fizeram antecipação do 13º salário e com a antecipação, com o atraso de trinta dias, o salário vai cair e vai ser apenas consumido pelo banco que fez o crédito na conta do funcionário.

Como será feita a aquisição de material escolar de seus filhos? Como será feita a aquisição até do próprio alimento dos senhores e senhoras trabalhadores?

Não compactuarei com isso. Não vou compactuar.

Venho de movimento estudantil, venho de movimento de trabalhadores da época do nosso valoroso PCdoB e não tenho o mínimo receio de falar de onde é minha origem até chegar ao seguimento da gloriosa polícia militar do Estado de Mato Grosso, na qual servi por 18 anos de carreira.

Ontem também, Deputado Wilson Santos, ouvi do próprio Governador que uma das culpas vem a ser do grande aumento em relação aos concursos que tiveram recentemente os órgãos de segurança pública e da educação.

Ora, sabem qual a quantidade de policiais militares e agentes penitenciários tínhamos há dois, três anos?

O cabo Adão está aqui e sabe muito bem, já estava praticamente toda categoria militar se aposentando.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Quem iria fazer rondas? Quem iria trocar tiro com bandidos do Comando Vermelho, PCC e etc.?

Agora, a falta de planejamento lá trás, quando inclusive o Secretário de Fazenda se encontrava há um ano, sabe muito bem que se não houvesse novos concursos não teríamos professores na sala de aula, não teríamos policiais militares e agentes penitenciários, e temos aqui um representante sindical, o Deputado eleito João Batista. Não teríamos! O efetivo estava à beira do fim. Essa categoria foi simplesmente repostada.

Os barões das 266 empresas que não pagam um centavo ao Estado de Mato Grosso são os verdadeiros pela quebra de caixa do nosso Estado.

Os senhores e as senhoras podem ter certeza que, no que depender de mim, esses barões pagarão seus impostos a partir de fevereiro de 2019.

Conclamo a todos para que juntos possamos dar o maior apoio ao Projeto de Lei que apresentarei para o fim desse incentivo fiscal e todos venham a contribuir com os caixas do Estado de Mato Grosso, que se encontram nessa situação.

Meu muito obrigado a todos.

Que Deus nos abençoe! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado, Deputado eleito Eliseu.

Com a palavra, o próximo inscrito, o Sr. Valdeir Pereira, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação do Estado de Mato Grosso.

Solicito ao Presidente do SINTEP que, se for fazer alguma referência ao Secretário Basílio, deixe para o final da sua fala, porque o Secretário irá ao mictório e retornará em breve. (RISOS)

O SR. VALDEIR PEREIRA – Bom dia, Deputados e público presente nesta Audiência Pública.

Quero dizer que este momento que estamos vivendo no Estado de Mato Grosso era um momento que não esperávamos viver em tão curto espaço de tempo.

Primeiro, o Governo que tomou posse há pouco dias trazer essa discussão de que a quebra de Estado tem como justificativa o funcionalismo público e também uma estrutura em torno das carreiras e não discutir a organização deste Estado economicamente, que retira os recursos das demandas e o precariza é o grande problema que estamos vivendo hoje.

Eu moro em um município há 500 quilômetros daqui, o mesmo município do Deputado Dilmar Dal Bosco, que tem um hospital que foi inaugurado há décadas, todo ano é a mesma história, de aquele hospital funcionar, mas nunca funciona, porque sempre foi utilizada a saúde, a educação, a segurança pública e uma série de outras ações para dizer que o Estado não teria recurso para tocar essas áreas que são prioridades no Estado.

Hoje, Deputado Dilmar Dal Bosco, estarmos aqui discutindo o projeto do orçamento que veio para, que deveria ter sido aprovado no ano passado, e junto com ele uma série de pacotes de maldades, com Deputados que já estão tirando, apagando as luzes de seus gabinetes, limpando as gavetas, e discutir questões que terão impactos sobre o funcionalismo público, como a previdência, e eu chamo a atenção para esse projeto que veio para cá, que altera, um governo que se diz participativo jamais retiraria da Previdência deste Estado o Conselho que daria todo o suporte para a Previdência, não trataria, para discutir a Previdência dos servidores públicos, por meio da sua Diretoria Executiva, apenas e exclusivamente tirando atribuições, como o colega disse há pouco, dos movimentos e dos conselhos que temos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

É disso que estamos falando, deste momento que o Governo do Estado está implantando aqui.

Além disso, a política do arrocho salarial, que vem transferir as políticas que o Governo quer inclusive implementar aqui, que não têm amparo na Constituição no Estado de Mato Grosso, para penalizar o conjunto de servidores, para dizer que não terá mais direitos a Revisão Geral Anual, política de valorização, e quero dizer, trazer dois exemplos que sempre o Governo diz, que é uma música, um disco de uma música só, que tem o motorista que ganha tanto, e a tia do cafezinho.

É uma história que nós também vivenciamos no município de Sinop, e é a mesma ladainha. Nós precisamos tratar com seriedade as políticas que são implementadas e pensadas por esse Estado. Nós estamos, desde o mês de novembro, buscando Audiência com a Secretária de Estado de Educação e até hoje, nós não temos um retorno de quando poderá nos receber. Isso demonstra que um Governo que diz que terá como foco a participação social, a discussão com a sociedade, não respeita o que tem na Constituição deste Estado, e quando eu digo que hoje, nós talvez, devêssemos estar discutindo que o Governo que há poucos dias esteve nesta Casa dizendo: “Eu juro cumprir o que está, os preceitos da Constituição Federal e da Constituição do Estado deste Mato Grosso..” e deixa de assim respeitar quando, Deputado Wilson Santos, deixa de pagar no dia 10, que está expresso na Constituição deste Estado, todos os funcionários, os servidores deste Estado, deixa de pagar no dia 20 de dezembro do ano de 2018, o décimo terceiro e ainda propõe fazer o parcelamento e acha que é um Governo transparente, um Governo que se pauta na legislação e que irá cumprir.

Aí, Deputado Dilmar, Deputado Wilson Santos, nós temos que ter um olhar específico nesse momento, e a hombridade desta Assembleia Legislativa, que já está terminando de dizer que aqueles que não conseguiram entrar pela urna e continuar, não têm a legitimidade de discutir questões tão estruturantes do Governo do Estado e vêm propor essa discussão que hoje está colocada aqui. Ela terá que ser a partir da próxima legislatura, com quem tomará posse no dia 1º de fevereiro, aí, sim, tem a legitimidade, porque serão responsabilizados pelos seus atos. Outra coisa eu digo Deputados, daqui a dois anos Vossas Excelências estarão na base, até mesmo esses que não foram eleitos, estarão lá batendo de porta em porta para pedir voto, e nós não teremos a dúvida de dizer, que o traidor do servidor público não o represente, não poderá ser um servidor público deste Estado (PALMAS).

Nós falamos isso de uma categoria que está presente nos 141 municípios, vocês viram o resultado das urnas que não foram eleitos, porque, em um determinado momento da história do Estado de Mato Grosso, tomaram a opção política de apoiar aquele que se dizia justiceiro, que teve a maior quantidade de Secretários presos, que se pautou na corrupção...(PALMAS)... E agora, estão cometendo o mesmo erro, o mesmo equívoco, daqui a dois anos, pagarão muito caro por isso, porque terão suas caras estampadas em *outdoor*, em *folder*, em jornais, dizendo que no apagar das luzes, aqueles que não foram eleitos pelas urnas se propuseram a apoiar um Governo que terá mais quatro anos com pacote de maldades sobre o conjunto de funcionalismo e da sociedade.

Quero dizer que o que está colocado hoje não garante que o hospital, Deputado Dilmar Dal Bosco, lá do Município de Sinop, irá funcionar. Como ele irá funcionar se não tem a garantia efetiva de ter servidor? Ou será mais um Governo que aplicará calote nas OSSs e em mais uma série de empresas que prestaram serviço público como a empresa que fornece segurança pública?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Eu quero dizer, Secretário Basílio, há necessidade de o Governo se sensibilizar, porque o Governo não é apenas aqui a Capital de Cuiabá, se tem reformas estruturantes, que leve esse debate aos 141 municípios, faça o debate, não aquele da hombridade, que eu vim aqui para comunicá-los, mas, para ser um Governo participativo, ouvir o clamor que hoje está colocado do FETHAB, talvez, nem passe pelas inconstitucionalidades que estão colocadas nele...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Presidente Valdeir Pereira, vamos conceder mais um minuto para o encerramento.

O SR. VALDEIR PEREIRA – Aí, para encerrar, quero dizer que há de se ter um esforço desse Governo em discutir todas as pautas. Não dá para nós solicitarmos uma audiência com a Secretaria de Educação ainda no período de transição e até hoje ficamos aguardando e ficamos surpreendidos que teremos contingenciamento de receita na educação e ficaremos à mingua.

Então, é esse clamor que eu faço, digo que não aceitaremos um golpe da Assembleia Legislativa e terá preço daqui a dois anos (PALMAS)!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Próximo e último inscrito, que encerrará as falas, o Deputado Dilmar Dal Bosco; mas da plateia é o Alexssander. Alexssander. É de onde, SINTEP? Diretor do SINPAIG, vai falar em nome do Presidente Edmundo. Edmundo, meu colega de escola técnica, lá era conhecido como Suíno Russo (RISOS). Era porco russo, agora estou dando termo mais suave, suíno, grande líder sindical, meu amigo, meu irmãozinho Edmundo.

Com a palavra Alexssander, em nome do Sindicato.

O SR. ALEXSSANDER DE CAMARGO – Obrigado Deputado. Às vezes, fazemos um papel um pouco diferente, porque vimos que o clima estava bem acirrado, bem nervoso, só que eu não consigo esconder a felicidade de ser cidadão e participar de uma Audiência Pública e pela primeira vez falar aqui, até para tirar algumas dúvidas que tenho respeito da governabilidade do Estado em si.

Gostaria de cumprimentar o Presidente Edmundo Cesar do SINPAIG, que está presente aqui e o Deputado Wilson Santos, em nome de toda a mesa.

A minha dúvida, mais uma vez, aqui já foi abordada, mas é referente à renúncia fiscal, desconsiderando a questão que o Silval Barbosa já falou que serve para pagar caixa dois e desconsiderando até a própria denúncia contra Pedro Taques, que teve algumas relações de compra de renúncia fiscal no caso. Eu vou falar só a parte administrativa da renúncia fiscal.

Eu nunca vi em nenhum lugar a questão do controle em cima dele. Cada um real de renúncia fiscal gera quantos de contrapartida social? Talvez isso fosse muito interessante, muito importante para saber também, porque eu, pessoalmente, não sou contra renúncia fiscal, desde que dê certo, só que não conseguimos ver se está dando certo, porque nós não encontramos resultado.

Por exemplo, em 2017, na prestação de contas feita pela Anésia Cristina, que hoje ainda é a Contadora-Geral do Estado, teve aproximadamente 6 bilhões de renúncia fiscal. E gerou quanto? Quanto que o Estado deixou de gastar, a intenção da renúncia fiscal é o seguinte: quebrar a burocratização de cobrar o imposto e depois o Estado ter que fazer de um jeito para gastar aquilo para sociedade. Então, se você renuncia e você não sabe como foi a contrapartida social, perde completamente o propósito dela.

Complementando, se for menor do que do foi anunciado, gerou uma contrapartida de 4 bilhões... O Wagner, se não me engano, falou em 8 bilhões, se renuncia 8 bilhões e gera 6 de contrapartida social não tem porque existir.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Renunciam-se oito e gera oito, ainda não tem porque existir, porque está escolhendo quem que você está dando a renúncia, aí você desbalanceia o mercado. Agora se você tem uma renúncia de oito e gera doze, gera dezesseis, aí beleza, é pertinente essa renúncia. O problema é que nós não temos esse monitoramento, nós não temos essas respostas. E ainda existem diversas denúncias justamente do que aconteceu com o Silval Barbosa, aconteceu com o Pedro Taques e etc.

Só mais uma colocação, Deputado Wilson Santos. Na sua gestão na prefeitura existiram diversos pontos fortes e fracos, sendo bem justo.

O SR. WILSON SANTOS – Diga somente os fortes (RISOS)

O SR. ALEXSSANDER DE CAMARGO – Então, eu vim falar aqui só... é que o senhor citou aí e realmente um dos pontos fortes da sua governança na prefeitura foi o que o senhor citou dos salários em dia, que realmente eu me lembro que estava atrasado três meses e o senhor conseguiu regularizar. Então, assim, para pedir até para o senhor conseguir dar certas dicas, sei lá (RISOS). Quem sabe nós... (PALMAS).

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu já dei a dica, Alexssander, eu já dei a dica publicamente. Agora vai falar o meu colega, fraterno amigo, Deputado Dilmar Dal Bosco, vai pagar um almoço daqui a pouquinho. Eu já dei a dica, tirando toda a brincadeira de lado, eu já dei e vou dar de novo, quero aqui que a TV faça o close, faz favor, o negócio é sério.

Quando cheguei à prefeitura nós tínhamos um período de 11 anos de atraso salariais iniciado em 1994, na gestão do Coronel, saudoso Coronel e amigo, Meireles. Mas por que é que o Meireles atrasou os salários? Porque naquele tempo tinha o tal do gatilho, e o Coronel resolveu conceder todos os gatilhos e aquilo acabou explodindo a folha e a partir daí começou um espiral que só foi terminar em 2005.

Então, quando eu cheguei à prefeitura, Dr. Milton, Digno Promotor de Justiça, nós tínhamos três salários atrasados, e esse atraso havia sido o principal foco de debate entre a minha candidatura e a do Procurador Alexandre César, no segundo turno. Houve então uma concentração: “se o Alexandre ganhasse como é que ele faria, se o Wilson ganhasse como é que ele faria”? E todos nós fomos obrigados a fazer um compromisso. O Alexandre fez um compromisso que colocaria em 180 dias. Eu fui mais radical, prometi 90 dias. Acabamos colocando todos os salários atrasados em 56 dias, em dia, 37 dias úteis. Como é que eu fiz? Eu chamei todos os fornecedores do Município e disse: Olha, há uma coisa muito mais grave do que gasolina, papel chamex, carbono, borracha, lápis, nada; eu quero pedir a vocês 90 dias de paciência, quem puder continuar fornecendo nós vamos fazer documentação dessa entrega, quem não puder aguarde. A maioria concordou e todo o dinheiro que entrava no cofre do Município, nós usamos e pagamos.

Lembro-me bem que a professora, à época Presidente do SINTEP Municipal, Sr^a Helena Bortolo, levou-me um documento pedindo que fizesse o parcelamento em 12 vezes e passasse a pagar em dia e aquele atraso fosse dividido em 12 parcelas. Eu disse a ela: vou estudar, mas eu acho que tenho uma proposta melhor e acabamos então, fazendo uma concentração e pagamos.

Mas qual a diferença para o Estado? Quando eu fiz essa proposta ao Chefe da Casa Civil na semana passada e ontem eu voltei a fazer ao Sr. Mauro Carvalho. Ele disse: “Ah, mas se eu fizer isso o Ministério Público vai entrar com uma ação se eu não passar o FETHAB do município em dia, se eu não passar o FUNDEB em dia, se eu não passar isto em dia vai entrar com uma ação.”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Eu falei: Então, eu também tenho uma solução, eu tenho a solução para que em 15 dias pagar os 126 milhões de 13º e dezembro. Não só o 13º, não, e o mês de dezembro.

Sr. Governador, eu disse ao Secretário Mauro Carvalho: o senhor termina janeiro com esta página virada, vai entrar fevereiro pensando em outras coisas. “Como é que você faz isso?” Simples, chama o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa e a Defensoria Pública e diga o seguinte: Vamos fazer um TAC. Não está na moda o TAC? Documenta o que eu fiz oralmente, documenta o acordo de que fiz com os fornecedores, oralmente, chama todo mundo e diga: Há alguma coisa em Mato Grosso que vocês do Ministério Público, vocês Juízes, que vocês da Defensoria Pública, da Assembleia enxerguem mais importante, mais eminente, mais urgente do que o servidor receber? Se há tudo bem! Eu não vejo. Posso estar completamente errado.

Eu não vejo, hoje, em Mato Grosso, algo mais importante do que pagar o salário de dezembro e pagar esses dois doze avos do 13º, eu tenho certeza que o Ministério Público, tenho certeza que o Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa, a Defensoria, quem quer que seja, assinarão esse termo e darão ao novo Governo 15, 20, 30 dias necessários para priorizar. Por que eu falo isso? Porque há 126 milhões de débitos do 13º salário. São os que nasceram em novembro, dezembro e os comissionados, só.

Quem nasceu de janeiro a outubro recebeu o seu 13º salário, então não há dívida com essas pessoas, com os servidores. Só há dívida com os servidores com relação à 13º salário quem nasceu em novembro, dezembro e os comissionados, isso dá 126 milhões de reais.

O salário de dezembro, líquido, está em torno de 500 milhões de reais. Quinhentos milhões de reais com mais 126 milhões de reais que chegue a 550 milhões de reais. Sabe quanto é a arrecadação dia do Estado? O Estado tem 12 bilhões/ano que são de recursos que podem ser usados para salário, só doze... Desses 19.221 que foi apresentado hoje, desses 19 o que pode contar para salário é a parte dos 12. Doze bilhões de reais, dividido por 245 dias úteis, é o que tem o ano, dá 50 milhões/dia.

Então, de segunda a sexta-feira entra na SEFAZ 250 milhões de reais por semana!

Em duas semanas, Srª Eliane, o governo tem R\$ 500 milhões de reais líquidos em caixa. Havendo esse TAC com todos esses órgãos, já tinha quitado e em mais três, quatro dias da semana que vem, quitava tudo.

Então, em quinze dias úteis, o Estado terá R\$ 750 milhões de reais em caixa, foi isso que eu disse ao Secretário-Chefe da Casa Civil. Se quiser, agenda com a Assembleia Legislativa e ajuda a construir essa articulação, essa negociação, fecha janeiro 13º salário encerrado, dezembro pago e vida nova!

O Governador não ouvirá o que ouviu de alguns servidores: lamento, apelo, choro, sofrimento... Porque nós que ganhamos bem, doutora do Ministério Público, eu Deputado, alguns aqui, às vezes passa aperto, porque em janeiro vem: IPTU, IPVA, matrícula em escola, material escolar, para quem programou as férias o ano inteiro com as crianças, vem aumento na tarifa do ônibus, aumento da Energisa, tem um conjunto, vem tudo! E mais um detalhe, colega Deputado Dilmar Dal Bosco, eu sei que Vossa Excelência está se esforçando e conseguirá fazer muita coisa boa.

E aquele João que faz aniversário em janeiro? E que em janeiro de 2018 ele recebeu o seu salário certinho e recebeu o seu 13º, e agora o Governo diz que agora o 13º salário será pago em dezembro. Esse João que recebeu seu último 13º salário em janeiro de 2018, ele voltará a receber o seu 13º daqui a um ano. Quer dizer, esse João ficará 23 meses sem o 13º salário.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

E com certeza, doutor, Promotor, ele já planejou esse gasto. E agora, como ele planejou e agora gastou, ele terá que recorrer ao cheque especial, 10% ao mês; cartão de crédito, 14% ao mês, e se quiser escapar de ambos vai para o agiota, 15%, 16%.

Então, eu não estou, e Vossa Excelência tem visto a minha postura, Dilmar Dal Bosco, e tenho, de maneira muito tranquila, observado tudo, mas eu já fiz proposta concreta, se o Governo quiser, ele fecha janeiro com todos os salários pagos aos servidores. (PALMAS)

Com a palavra, o Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Sr. Presidente, o Secretário Basílio pediu a palavra antes para fazer essa resposta e eu vou fazer o comentário após.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Com a palavra, o Secretário Basílio, que já retornou à mesa. (RISOS)

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Excelente, Deputado.

Todas as alternativas e propostas devem ser bem analisadas e estudadas a fundo e é importante, Vossa Excelência na postura e na posição que tem, tem que ser ouvido também.

Mas é importante ressaltar que estamos falando que do orçamento dos Poderes, 70% é para pagar folha de pagamento também. Então, é fazer com que eles também, se for o caso, em aceitando uma proposta nesse sentido, seria interessante, eles teriam que deixar de pagar seus funcionários...

(ASSISTENTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Não. Nós estamos falando do valor mensal que é repassado para eles...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Pessoal, vamos garantir a palavra do Secretário.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – É importante, todas as proposituras são muito importantes e têm que ser avaliadas.

Nós temos que entender o contexto prático disso. Quando falamos de orçamento dos Poderes, 70% são para custear folha de pagamento também.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Agradeço ao Secretário Basílio.

Mas reforço, Secretário Basílio, os Poderes todos já pagaram dezembro e 13º salário, exceto o Executivo... (PALMAS)

Sua fala vem ao encontro da minha. Eles não têm mais que pagar dezembro e 13º. Então, a aceitação deles estaria mais próxima.

Com a palavra, o Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Obrigado, Presidente, Deputado Wilson Santos.

Cumprimento o Deputado Saturnino Masson e os Deputados eleitos, o “Cabo” Elizeu, que vai entrar na nova legislatura, junto com o Deputado João Batista, legislatura essa, salvo engano, que nos dá direitos, pela Constituição, a partir do dia 1º de fevereiro de 2019. Até o dia 31 de janeiro os Deputados que aí estão têm legitimidade, pela Lei, e permissão para qualquer votação, qualquer voto, qualquer encaminhamento.

É assim que fala a legislação.

Temos que mudar a Constituição e tirar o direito e a prerrogativa de os Deputados votarem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Só para me referir ao Deputado “Cabo” Elizeu, a uma pergunta feita ontem pelo Deputado Valmir Moretto, quando pediu, e o Governador estava explicando, e explicou, o acréscimo que teve em quatro anos, custos com a folha e encargos, em detrimento da inflação.

Um dos assuntos que o governador falou na reunião, assunto do que foi alvo da elevação, não que seja contra, ou foi contra, até porque ele não citou, foi o chamamento dos profissionais da segurança pública que o governo do Estado fez. Nada contra. Até isso ele explicou. Então, não foi o motivo de querer ou não o chamamento, até porque quem fez foi o governo passado.

Mas, com toda certeza, da mesma maneira, vejo que o debate, quando se traz para uma Audiência Pública, especificando, sendo de algo específico, trata sobre o que vamos fazer com o orçamento de 2019.

Temos aí, da mesma maneira, talvez fazer um TAC com as pessoas que o Valdeir comentou do Hospital Regional de Sinop, que tem o Sargento Elizeu - me desculpe, desculpe companheiro, a citação, peço perdão a Vossa Excelência -, da mesma maneira, deveríamos fazer um TAC com o Hospital Regional de Sinop para falar que as pessoas que não podem ser atendidas, o brasileiro, o sinopense, o mato-grossense que está lá e não está sendo atendido por falta de pagamento, que o Estado de Mato Grosso deixou 6 meses sem pagamento, deveríamos fazer um TAC para a maneira como vamos buscar esse dinheiro para pagar o Hospital Regional de Sinop, de Peixoto de Azevedo, de Alta Floresta, de Cáceres, de Barra do Garças, e assim por adiante.

Como vamos fazer com 200 milhões de reais de direito que não foram repassados à saúde pública dos municípios, mas nós estamos tratando sobre a LOA. Mas isso tudo vem se agravando.

Também fazer um TAC pela maneira que o SAMU parou, por falta de 6 meses de pagamento, que está em restos a pagar, R\$2 bilhões e 112 milhões de reais.

Como vamos fazer no atendimento à sociedade, que precisa de um Defensor Público, que está devendo 9 milhões de reais?

Então, são muitos detalhes que temos que ver.

Eu acho que nós temos que buscar solução. É uma ideia. Buscar essa solução. É uma ideia!

Mas hoje, para custear a viatura da Polícia Militar para que dê segurança para a sociedade tem um custo de custeio. Talvez deixamos, paralisamos as viaturas. Tudo isso está se buscando.

Poderia ter feito isso há muito tempo, se o governo tivesse interesse também de deixar em dia o salário dos servidores públicos. Poderiam ter feito algumas ações.

Mandou para a Assembleia Legislativa a PEC do Teto. Teria toda solução.

Os servidores públicos vieram à Assembleia Legislativa, o Fórum Sindical veio à Assembleia Legislativa contra a PEC, que na época o governo do Estado de Mato Grosso falava que era a grande solução para resolver o problema do caixa.

Nós aprovamos a PEC do Teto dos Gastos e nada ficou resolvido.

Faltou dinheiro novamente para a saúde e criou-se mais um Fundo, Fundo Estadual de Estabilidade Fiscal, para arrecadar R\$170 milhões de reais, aprovado também, e o dinheiro também não foi para a finalidade, pagar a dívida da saúde. E arrecadou, arrecadou!

Então, tudo que foi feito pela Assembleia Legislativa para contribuir, para ajudar, para que o governo pudesse equilibrar as contas, foi feito. Vindo para ajudar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Agora o governo deixa um desequilíbrio financeiro de R\$2 bilhões e 119 milhões.

A LOA que vem pela primeira vez, vem com a verdade, falando que temos um custo menor do que a receita de 1 bilhão e 900 milhões de reais.

O que é que precisamos fazer?

O governo fez uma reunião com o Fórum Sindical...

(ASSISTENTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Desculpem-me. Salvo engano, eu fiquei totalmente em silêncio a cada comentário, a cada palavra, respeitando cada orador.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu quero pedir que não se manifestem durante a fala do Deputado, por gentileza.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Então, tudo que foi feito, lá no governo anterior, quando o governo precisava fazer as obras da Copa, desviava dinheiro do FETHAB, o posicionamento contra que fizemos na Assembleia Legislativa.

A pessoa que me antecedeu falou dos incentivos fiscais apadrinhados pelo governo, antecessor do Governo Silval, que fez muito dentro do Estado de Mato Grosso, muitas vezes por decreto, por portaria, colocando a condicionante de que só ele acordava com a empresa que poderia ter. Nós denunciemos. Eu usei a tribuna por várias vezes falando de empresas que inclusive estão nessa lista hoje, as citei na tribuna da Assembleia Legislativa por várias vezes, sabendo que o Estado indo para um desequilíbrio.

O governo novo, o governo do Estado, coloca em sua condicionante que tem que diminuir 15% dos incentivos fiscais do Estado de Mato Grosso.

Agora, quando coloca o montante, que pela primeira vez traz para a LOA falando dos incentivos fiscais, não significa que só o grande empreendedor está com incentivo, significa que a carne consumida no Estado de Mato Grosso tem incentivo, significa que o pacote de arroz da cesta básica também tem incentivo. Isso tudo volumna.

Quem traz os números são profissionais, servidores públicos do Estado de Mato Grosso, da Secretaria de Fazenda. São os números que trazem a realidade.

Então, tudo o que foi pedido lá atrás foi pedido para o evento da Copa, além de usar o FETHAB, desviar o FETHAB da sua finalidade, criou-se na época, em 2012, o Fundo de Segurança, que seria grande problema a resolver, aumento do efetivo para o evento da Copa do Mundo e depois pegar os servidores da segurança e levar para o interior também, para dar segurança para todo o Estado de Mato Grosso.

Criou o fundo, não teve finalidade.

O governo Pedro Taques veio é, lógico, teve que cumprir, porque tinha uma lei, trouxe esses colaboradores para trabalhar para o Estado, para a segurança pública.

Criou o Fundo da Erradicação da Pobreza.

Qual foi a ação direta que foi feita?

Tudo o que o Estado pediu, falou: “olha, estamos com dificuldade de cuidar de 10.000 famílias que não têm R\$50,00; R\$10,00; R\$20,00; R\$100,00 para sobreviver. Vamos criar o Fundo de Erradicação.

Quantas pessoas no Estado de Mato Grosso estão contribuindo? A mulher que usa o batom ficou como supérfluo; os óculos de grau ficaram como supérfluo; o protetor solar ficou como supérfluo; o desodorante como supérfluo. Tudo isso para ir para o Fundo da Erradicação da Pobreza que a finalidade dele foi totalmente desviada.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Quando criou a PEC do Teto, quero registrar novamente, a Defensoria Pública quatro anos sem sequer ter aumento de acréscimo para que pudéssemos atender às comarcas, para atender à sociedade, ter acréscimo para que pudéssemos atender às comarcas, atender a nossa sociedade, até porque o custo de advogado é elevado.

Então, tudo isso que foi pedido, nós fomos buscar, qual é a solução desta Audiência Pública para buscarmos mais recursos? Foi feito junto com fórum com Governador, com a equipe econômica, estão os dados e números aqui, precisamos buscar alternativa, temos que buscar alternativa, se a pessoa for empresária ela vai ver, ela fala: “tenho uma matriz e mais três filiais, duas filiais não funcionam, não vão para frente, só dão prejuízo. Qual é a solução? Vou pedir para minha diretoria fazer uma avaliação de como vamos proceder. Fechamos a filial em Sinop? Fechamos em Várzea Grande? Qual é a alternativa?”.

Então, você me autoriza a fazer um estudo, se tem viabilidade ou não de continuidade, isso não significa que está fechando a EMPAER, MTI, Desenvolve MT, o que estamos falando é para que seja feita uma grande análise, se realmente tem a sua finalidade.

A EMPAER, por exemplo, tudo que é da EMPAER, como a área que está invadida em Rosário Oeste, que tem lá em Sinop, que tem em Aripuanã, está de garantia à Receita Federal, uma dívida de 300 bilhões de reais. Culpa do servidor? Com toda certeza, não! Culpa do Mauro Mende, que assumiu agora também? Já entra na culpa dos Governos que vieram.

Então, eu vejo que nós temos que tomar algumas atitudes de ajudar. Qual é a proposta viável: diminuir o incentivo? O governo mandou agora diminuir 15% de incentivo, colocou com regras claras, quais os percentuais, 25% que vai poder tirar do ICMS para o incentivo fiscal; 9% do IPVA; 2% do ITCD. Então, tem algumas regras que têm que ser mudadas, agora, com legitimidade, novamente e volto a repetir: é dos parlamentares que estão, quando a mensagem... A partir de fevereiro tem mais ações que têm ser feitas para que nós tomemos providências.

Eu sempre fui contra grandes barões terem incentivos fiscais no Estado de Mato Grosso. Têm empresas, eu falei na tribuna, é só pegar a gravação, cedo a qualquer um, até porque eu citei várias vezes, citei nome de empresas e fui notificado pela empresa, porque eu citei e não tenho receio de falar. Eu falei da City Lar, que isonomia que ela tinha com carga tributária diferenciada de outras empresas? O que o Governo, não Pedro Taques, Silval Barbosa, fez, em vez de colocar isonomia a outras empresas? Foi lá e ofereceu a outra, que não tinha. Piorou ainda mais o Estado de Mato Grosso.

Hoje, no ramo de cervejaria, tem uma empresa em Rondonópolis e uma em Cuiabá. A de Rondonópolis tem 90% de isenção de carga tributária, em detrimento de a outra ter 60%. Ou põe as duas para 90% ou iguala as duas em 60%. Então, algumas providências têm que ser tomadas. Essas providências, o Governador Mauro Mendes vai tomar e muito. Tanto que está aí o exemplo do FETHAB. O FETHAB 2, se nós tivéssemos hoje, com o Governo Pedro Taques, contribuído, se tivéssemos o interesse de ter contribuído com o Estado de Mato Grosso, ele tinha replicado o FETHAB 2. Nós íamos arrecadar 800 milhões de reais. A proposta que está aí não é só replicar o FETHAB 2, de soja; é trazer a carne da exportação; o milho da exportação; o algodão que não contribui; somado isso aí, a cana de açúcar; nós vamos chegar a 1 bilhão e 500 milhões de reais para tentar chegar e colocarmos em equilíbrio as contas públicas do Estado de Mato Grosso.

Então, eu vejo que algumas medidas têm que ser tomadas. Fica aí a ideia do Deputado Wilson Santos, para que não repassemos o dinheiro do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, da Assembleia Legislativa e pague o salário dos servidores. Vamos levar como proposta.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Queremos o aval e o TAC dos Poderes. E aí nós vamos resolver quem é a pessoa que não quer pagar o salário dos servidores públicos? Quem é o gestor?

(A PLATEIA SE MANIFESTA: MAURO MENDES!)

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Mas, então nós temos que chegar à Secretaria de Fazenda, aos técnicos da Secretaria de Fazenda, que são eles que efetivam o pagamento e efetuam, porque são servidores públicos. Então, é fácil. Nós temos que achar mecanismo para que tenha a entrada do recurso.

O sistema previdenciário, em 2018, está aí no orçamento do Governo, que aprovou 2 bilhões. Ele tirou do cofre da Fonte 100, 1 bilhão e 200 milhões de reais para previdenciário, para previdência, para complemento.

Do FUNDEB, segundo informações do Governo anterior, além do FUNDEB faltou dinheiro, tirou mais de 250 milhões da Fonte 100 para cumprir com o pagamento dos servidores públicos da educação. Isso é informação do Governo, do Governo até 2018.

Eu vejo que nós temos que ter algumas lutas, algumas coisas juntas, propostas para que possamos melhorar. O Governo está propondo: “aumente o FETHAB para que possamos ter recursos diminuindo os incentivos fiscais em 15% para que possa sobrar mais dinheiro, buscando em algumas empresas a isonomia dos seus produtos na carga tributária para que tenha...”.

Quando lá atrás, em 2011, fez cargas médias de algumas empresas, tirando o ICMS, muitas vezes de contribuição, em junho de 2011, no Governo Silval Barbosa. Colocou carga média de algumas categorias, tirando 17 e colocando para 10, umas de 15 colocando para 9. Isso está na proposta do Governo para que volte a isso.

O Estado de Goiás quis fazer o enfrentamento tributário conosco e está inviabilizado. Então, nós temos que rever como os que nos antecederam, como eu sempre previ, incentivos fiscais. Na época do Governo Dante de Oliveira, eram incentivos que retroagiam novamente retornando os recursos oferecidos em um período de dez anos, após isso a pessoa contribuía um pouco mais, porque já teve o tempo suficiente de manutenção da sua empresa no Estado de Mato Grosso.

Então, quero agradecer ao Presidente da nossa Comissão, Deputado Wilson Santos, que a partir de 1º de fevereiro se torna Deputado novamente, até o dia 31 está nesta Legislatura. Conduziu muito bem esta reunião e apresentação da nossa Comissão nesse debate da LOA.

Tenho certeza de que temos que buscar encaminhamento, buscar alguma coisa, que podemos contribuir para que a arrecadação melhore. Acho que as Leis que vieram para o parlamento são para tentar melhorar a arrecadação e, pelo menos, colocar definições em algumas questões que hoje estão dúbias de interpretação ou não têm interpretação correta.

Sr. Presidente, coloco-me à disposição do que for sugerido, do que for encaminhado.

Tenho atendido o pessoal da EMPAER, atendi o pessoal da MTI, vou conversar com o pessoal do MT Desenvolve, nós estamos abertos para encaixar encaminhamento. Acho que é esse o segredo de mostrar que tem viabilidade de manutenção de algumas autarquias, para que possamos trazer resultado positivo para que compense ou que ajude, pelo menos, nos recursos dos serviços de Mato Grosso. Obrigado, Sr. Presidente. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, ao Deputado Dilmar Dal Bosco, por sua participação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Consulto se há mais alguém a Mesa? Deputado Saturnino Masson, gostaria de usar a palavra? Passo a palavra ao Secretário Basílio, para que faça as suas considerações finais.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Vou responder aos questionamentos, anotamos. Tentar fazer rapidamente.

Sr. Orlando, em relação a não aplicação do percentual constitucional ou que está na Lei Estadual dos 27% sobre o FEX: o FEX não é considerado uma receita de impostos, então, do ponto de vista legal não incidem os 27%.

Em relação ao imposto de renda, não são aplicados sob o valor do FUNDEB os 20%, mas são aplicados diretamente os 27% sobre a receita de imposto de renda, está sendo aplicada. Se você quiser temos o detalhamento e mostramos para você. Inclusive o número, qual é o valor? Trezentos e dezessete milhões que vai para a educação, 317 milhões são relativos a 27% sob o valor do imposto de renda. Está o detalhamento aqui.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Secretário Basílio, o Sr. está dizendo que não há necessidade, não há obrigatoriedade de constar os recursos do FEX nesse orçamento?

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Não. Não é isso. É sobre a educação, sobre a educação...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – É que o Secretário Rogério Gallo disse que não vai constar e não constou.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Não é isso. Não é base de cálculo, Deputado Wilson Santos...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu digo assim: a pergunta dele é uma, eu estou fazendo outra. Porque ele fala que nesse orçamento, nessa proposta de orçamento não constam os recursos do FEX.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Constam sim.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Constam?

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Está previsto, sim.

Claro!

Na previsão da receita que é deficitária em relação à despesa, já consta o valor do FEX...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – É porque eu assisti uma entrevista do Secretário Galo, em que ele diz que não constaria. Que ele está cansado de esperar e esperar, não vem, é só atraso, enrolação, que ele sequer constaria.

O Sr. Dilmar Dal Bosco (FORA DO MICROFONE) – Em 2018, foi frustração para o Estado...

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Frustração, Deputado...

(O DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO VOLTA A DIALOGAR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ah! Tá... é na Mensagem que cria a Responsabilidade Fiscal Estadual que ele quer excluir a previsão do FEX no orçamento.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Isso...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Que é errado também...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Vamos lá, só para complementar a resposta...

(O DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO E O PRESIDENTE WILSON SANTOS DIALOGAM FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Vamos lá, gente?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Com a palavra, Secretário. Desculpa...

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Não...tranquilo.

Complementando Sr. Orlando, além disso, o Tesouro coloca além dos 27%, tem colocado em média para compensar o valor da folha de educação em torno de 200 milhões de reais por ano, porque a folha é obrigatória, obviamente ele aporta esse valor para educação. Nós podemos detalhar esses números para vocês, sem problema nenhum, mas tem acontecido isso. Tem acontecido isso.

A Sr^a Jacira fez uma pergunta, eu conheço um pouco do sistema penitenciário, eu estive em 2014 como Secretário-Adjunto de Administração Sistêmica. Foi o momento em que o nosso nobre Deputado eleito João Batista, não nos deixa mentir, fizemos algumas ações importantes para o sistema, naquele momento estruturamos bem a questão do sistema. E essa questão eu acho que ela sim que ser levada para discussão com o próprio Secretário da SESP e eu acredito que ele já tem conversado com os servidores do sistema prisional para poder fazer com que essa transição, essa possível transição seja feita da melhor forma possível.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Importante, concordo contigo.

A Sr^a Marisa é da... Quando falamos do bem estar social...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ela é do Fórum do Idoso.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Isso é do Fórum do Idoso. Talvez eu não tenha sido muito claro, mas a preocupação maior é: primeiro, o benefício, o bem estar do empregado ou do servidor público que temos conhecimento objetivo direto, que não está tendo condições mais de trabalhar.

Nós temos casos bem pontuais na própria MTI - Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação, de servidores que tem uma dificuldade muito grande de se locomover para o trabalho. O primeiro ponto foi isso, mas é óbvio, a administração tem que ser eficiente. Nós colocamos, além disso, a questão da economia, porque atendemos um aspecto social do servidor e conseguimos trazer ainda uma economia na ordem de 35% para a administração.

Eu falei no começo: na MTI e na sequência, vai fazer na EMPAER e depois na METAMAT, de 101 servidores ou empregados que já estão em processo de adesão, Deputado, do PDV, nós vamos ter uma economia anual, em média, de 8 milhões de reais. É uma reforma estruturante que atende os anseios do servidor, porque ela é livre e espontânea vontade do servidor e também, por outro lado, é uma ação de gestão positiva. O servidor é o primeiro interessado nesse caso.

Edson...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Edson, do Jardim Brasil, Líder Comunitário.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Sobre a publicidade. Você está certo, eu comentei no começo da minha fala que Audiência Pública é uma grande ferramenta da democracia. É importante que todos participem.

Eu até quero propor aqui com a Assembleia Legislativa, independente de qualquer ação da Assembleia Legislativa, nós, enquanto Secretaria de Planejamento, vamos criar uma ação de publicidade mais efetiva e um pouco mais austera em relação a isso. Eu já vou pedir à minha equipe anotar isso porque eu concordo plenamente com você, não dá para você discutir o futuro dos gastos públicos que vão atender diretamente a população sem que ela tenha a certeza do que está acontecendo. Será uma determinação nossa aqui.

Obrigado por ter lembrado.

Gilmar Brunetto, o Gauchinho, já foi embora?

Ele falou em relação ao incentivo. Isso já vai matar a questão do incentivo, que está sendo falado o tempo todo. Nesse Projeto de Lei, entre aspas, “Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual”, está previsto a reinstituição ou a revisão de todos os incentivos fiscais concedidos no Estado de Mato Grosso. E dentro da lei fala que no mínimo 15% vão ser reduzidos. Ok! 15%. Esse trabalho é feito em junho, porque é a janela que é aberta pelo CONFAZ. Quem dita às regras do incentivo fiscal nos estados é o Conselho de Secretários de Fazenda do Brasil, o CONFAZ. Então, em junho será feita essa avaliação e na Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual já está determinado que no mínimo seja feito 15% de redução e nesse momento vai ser avaliado o colega contador, o colega contador do SINPAIG comentou. Nesse momento vai abrir um espaço para reavaliar o efetivo cumprimento do objetivo do incentivo que é promover o crescimento, uma fomentação da economia ou sócio econômica, está certo?

Mas algumas perguntas aqui, o José Carlos Bazan... respondendo, você fez um comentário, não foi bem só, foi mais uma crítica em relação à forma aqui apresentada. Infelizmente é uma apresentação técnica, nós não conseguimos fazer esse detalhamento de todos os itens. Eu até tentei ao longo das duas apresentações, não sei se você esteve na primeira, deixar um pouco mais didática para entender alguns pontos.

Infelizmente são questões muito técnicas mesmo, inclusive é sobre a exigência legal, mas, vamos lá, à questão pontual que você falou, na Receita Líquida Ajustada. Em termos gerais José Carlos, a Receita Líquida Ajustada ela vai excluir da Receita, aquelas receitas que tem vinculação legal, ou seja, aquela receita que a administração não pode contar com ela, por exemplo, convênio, vinculações dos municípios, está certo?

Vai deixar a Receita Líquida Ajustada àquela que tem discricionariedade do gestor, essa é a receita boa que nós temos que pensar. Essa receita é a que nós temos que aumentar porque as demais Deputado Wilson Santos, não é da administração, as demais receitas não são, os 27% é da educação, os 12% é da saúde, 27% sendo 7% nosso e 20% do FUNDEB, então assim, nós temos que trabalhar com esse conceito, porque esse conceito do ponto de vista de gestão e objetivo, ele é um conceito bom que vai dar margem para fazermos os investimentos, o custeio da máquina, melhorar as questões dos servidores, está certo?...

(O SR. JOSÉ CARLOS BAZAN FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Não! Não é!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Feito o registro, continue Secretário.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Vamos lá!

Alexssander, não é?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Eu já falei sobre a questão do incentivo. De fato, você está certo, é fomentar a economia e em junho será feita essa reavaliação dos incentivos fiscais cuja meta de redução é de 15% no mínimo, pode ser maior do que isso. Serão analisados aqueles incentivos que de fato contribuíram com sua finalidade.

É até junho porque, como expliquei há pouco, é a janela que é aberta pelo CONFAZ. A administração não tem discricionariedade sobre isso. Quem estabelece as regras dos incentivos não é o Executivo, é uma regra que é feita pelo Conselho de Secretários de Fazendas do Brasil, de todos os Estados. Está certo?

Era isso, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Quero registrar a presença do Vereador desta Capital, Diego Guimarães.

Muito obrigado, Vereador, pela presença.

Eu quero comunicar que, infelizmente, acabou de falecer um servidor desta Casa, o ex-Secretário de Comunicação da Prefeitura de Cuiabá, Clenon - talvez alguns o conheçam. Clenon Borges acabou de falecer.

Eu quero agradecer a presença de todos.

Quero dizer ao Secretário Basílio Bezerra muito obrigado pela presença.

Lamento, Basílio Bezerra, a ausência de outros Secretários de pastas importantes, como Educação, Saúde, Infraestrutura, que são áreas importantes.

Espero que o seu exemplo possa contaminar os seus colegas a prestigiarem o Parlamento, a estarem aqui.

Por mais que Vossa Excelência tenha recebido críticas, teve a oportunidade de esclarecer parte delas, teve o direito livre, amplo e irrestrito da sua defesa. É importante a participação.

Vossa Excelência estará aqui permanentemente. A cada quatro meses terá que estar aqui apresentando o relatório de gestão fiscal do quadrimestre e outras convocações de comissões. Então, sua presença é muito saudável, é muito alegre aqui.

Fico feliz em reencontrá-lo, já nos conhecemos numa sala de aula, por isso que a humanidade sempre avança, porque os alunos sempre ultrapassam os professores, vão empurrando a civilização para frente.

Irei encaminhar para Vossa Excelência de forma oficial a proposta que fiz aqui oralmente, para que o governo possa, ainda neste mês de janeiro, concentrar na busca de um entendimento com os demais Poderes e instituições.

Eu sei que haverá compreensão neste início de governo, a sociedade está simpática, todo mundo está simpático, torcendo para que tudo vá bem e para que tudo dê certo.

Farei a proposta oficialmente para que Vossa Excelência leve ao Governador do Estado, ao Vice-Governador, para que concentrem esforços, priorize o pagamento desse resto em atraso que está por aí. (PALMAS)

Quero agradecer a todos, em especial aos Deputados novos, Deputado Sargento Elizeu, ex-Vereador desta Capital; Deputado João Batista, e os Deputado que compareceram aqui Saturnino Masson, Silvano Amaral.

Está encerrado o período das audiências com relação ao tema LOA 2019.

A partir de amanhã as Comissões começam a votar essa matéria, mas esta semana também teremos Audiências Públicas aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-
MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE
MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO
DIA 15 DE JANEIRO 2019, ÀS 08H

Estarei apresentando logo mais, na Sessão das 17h, requerimentos propondo audiências para debater o novo FETHAB e a reforma administrativa.

Esta semana já começaremos a debater, semana que tem mais audiências, então, nos veremos em breve aqui neste auditório e nos outros auditórios.

Convido a todos para que em pé ouçamos e cantemos o Hino de Mato Grosso.
(NESTE MOMENTO É EXECUTADO O HINO DE MATO GROSSO.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Com o belíssimo Hino de Mato Grosso, letra do ex-Governador Dom Aquino, declaro encerrada a Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Taiza Antônia Noujain;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Patricia Elena Carvalho;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.